

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA
REALIZADA NO DIA 12 DE
OUTUBRO DE 2026 -----**

Aos doze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Sérgio Fernando da Silva Costa, Presidente, Cláudia Isabel Silva de Sá Guedes Ribeiro Reis, Rui Manuel da Costa Melo, João José Pina Prata, Alexandra Isabel Correia Isidro e António Hermínio Carvalho Monteirinho, Vereadores. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e dez minutos, tendo seguidamente colocado à votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por maioria com a abstenção do Senhor Presidente Sérgio Fernando da Silva Costa, por não se encontrar presente na referida reunião. -----

FALTAS

Verificou-se a falta do Senhor Vereador António Carlos Saraiva Fernandes tendo a Câmara considerado a mesma justificada. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Boa tarde a todas e a todos. Antes de mais, eu pedi para vos entregarem um documento para conhecimento, em função da alteração da

lei orgânica, que é a delegação de competências nos senhores Vereadores. Apenas para poderem tomar conhecimento disso.-----

Já agora, o senhor Vice-Presidente está a terminar um pequeno período de férias e por isso não está presente. -----

O Município da Guarda foi distinguido com três Prémios de Excelência Autárquica 2026, durante o IV Congresso da Cidade Social. Os projetos distinguidos foram o programa aquático de natação aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico do nosso concelho, na área de desporto; mobilidade para as praias fluviais, com o transporte gratuito para todos, na categoria juventude e, na categoria designada de tema livre, a distinção foi para um projeto ambiental - água para reutilização na rega de espaços verdes. Estes reconhecimentos atribuídos ao Município da Guarda destacam projetos que promovem a qualidade de vida, a inclusão, a sustentabilidade, o desenvolvimento do nosso concelho e representam o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo município, seja ao nível político, ao nível técnico e reforçam o compromisso com a implementação de políticas e projetos inovadores que respondem às necessidades da população, promovendo o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da comunidade. Este IV Congresso da Cidade Social é um encontro nacional que reuniu autarquias de todo o país para a partilha de boas práticas e projetos inovadores em diversas áreas de intervenção municipal. -----

Depois, referir que estão abertas, até 31 de outubro, as candidaturas para atribuição de Bolsas de Estudo Municipais para o Ensino Superior Público. O Município da Guarda mantém este apoio destinado aos estudantes, cujo agregado familiar seja natural ou resida há pelo menos três anos no nosso concelho, que ingressem ou

frequentem estabelecimentos de ensino superior público no país, tendo como objetivo a comparticipação nos encargos com a sua frequência. Esta é mais uma medida da autarquia para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação e para a prossecução dos estudos no ensino superior. As candidaturas deverão ser submetidas exclusivamente através da plataforma digital que está disponível no site oficial do nosso município. -----

Referir também que o pequeno auditório do TMG acolheu, no dia 8 de outubro, a sessão solene de homenagem a Francisco de Pina, integrada no evento internacional Ponte Cultural entre o Vietname e Portugal. A sessão contou com diversos momentos evocativos e culturais, incluindo intervenções institucionais, testemunhos sobre a importância da obra de Francisco de Pina, apontamentos artísticos e momentos de homenagem que destacaram a dimensão internacional do seu legado e o seu papel na aproximação entre os dois povos. A iniciativa marcou o encerramento de três dias de reflexão, intercâmbio cultural e valorização histórica em torno de Francisco de Pina e reforçou os laços históricos, culturais e humanos que unem Portugal e o Vietname. -----

Por agora, eram estes os assuntos que eu queria referenciar. Senhor Vereador?” ----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, senhores Vereadores, senhoras e senhores funcionários e chefias, muito boa tarde. Antes de iniciar a minha intervenção, gostaria de fazer aqui uma nota prévia que considero de bom tom. Numa das últimas reuniões, falou-se aqui na atribuição de um prémio a alguns jovens do Clube de Montanhismo. Na altura não foi frisado o nome deles e parece-me que deveria constar em ata. Fizera-me chegar essa nota. E, portanto, a Inês

Fonseca, o Emanuel Delgado e o António Carrasqueira foram os três jovens premiados na prova de orientação do Clube de Montanhismo da Guarda. -----

Depois, senhor Presidente, eu gostaria de fazer três notas e três intervenções. As notas serão muito breves, mas não posso deixar de as fazer. Hoje faz um ano que se realizaram as eleições em que o atual Executivo atingiu a maioria. Pensei que hoje até o próprio Executivo fizesse uma reflexão sobre o ano que passou, os objetivos que alcançaram, os que não alcançaram, os que estão para alcançar. Sobre isso e devido ao número de intervenções que tenho aqui para fazer, vou só deixar uma pequena nota. Podemos aqui dizer que alguns vereadores mudaram, mudaram algumas chefias, mas a mudança significativa é que aquele que era o anterior Executivo não tinha maioria e agora tem. E, portanto, isso acarreta também um conjunto de responsabilidades. Enquanto que no anterior mandato essas responsabilidades podiam ser diluídas também na oposição, desta vez não é possível fazer isto e, durante os próximos quatro anos, não poderá ser feito. Só deixar esta pequena nota. Evidentemente que, numa próxima reunião, terei oportunidade também de apresentar um balanço com maior profundidade daquilo que foi o último ano: dos pontos positivos, porque também os há, dos pontos negativos e dos pontos a melhorar nalgumas situações. -----

A segunda nota é dizer, senhor Presidente, custa-me ter que falar nisto, mas já passava do dia quando recebi o convite para ir ao evento do idoso. Eu sei que houve algumas associações que receberam por e-mail. Quando recebi a carta, já tinha passado o dia, portanto, parece-me que continuam a desconsiderar os Vereadores. Evidentemente que não me mandaram nenhuma carta, não é? Os Vereadores da oposição não foram convidados. Eu acho estranho, porque há

associações que são convidadas, há juntas de freguesia que são convidadas. Eu até quero dizer que possivelmente não poderia estar presente devido à minha atividade profissional. Não posso despende de dias inteiros para isso. Mas dizer que, mais uma vez, os Vereadores da oposição ficaram excluídos, o que acho de mau tom, quando até associações, que nem sequer foram eleitas para este fórum nas eleições autárquicas, são convidadas e participam. -----

A terceira nota é sobre a reunião do Conselho de Ministros, senhor Presidente. Dizer que me congratulo e saúdo a sua realização aqui na Guarda, como não podia deixar de ser. A presença do Conselho de Ministros traz a oportunidade ao senhor Presidente da Câmara de apresentar um conjunto de problemas que existem e que, sem estes investimentos públicos, não pode alavancar aqui mais atividade económica. Portanto, não posso deixar de saudar. Penso que o senhor Presidente terá apresentado um memorando, ou pelo menos terá descrito os investimentos públicos que são mais necessários e prementes para o real desenvolvimento do nosso território e do nosso concelho. Mas eu diria que o Partido Socialista tinha duas expectativas, se calhar erradamente, não sei - a passagem da Universidade Politécnica da Guarda a Universidade clássica, digamos assim, da Guarda e do interior, ou coisa assim do género e isso não aconteceu. Possivelmente estarão a encetar todos os esforços para que, depois de se cumprirem todos os critérios que estão definidos em termos de legislação, possa acontecer. A segunda expectativa que nós tínhamos (e nós até íamos ajudar o Conselho de Ministros e os senhores Ministros a terem aqui pelo menos uma projeção maior, se tivessem ouvido aquilo que o Partido Socialista disse. Não ouviram, também não é nada de mais.) era que pelo menos pudessem cá ter assinado o projeto e o financiamento daquelas duas

variantes, que acho que são prioritárias: a variante da Sequeira e a dos Galegos, para dar resposta à infraestrutura do Porto Seco e resolver um problema que se vai criar, a curto prazo, após a sua inauguração. -----

Senhor Presidente, eram estas as três notas que gostaria de deixar e depois queria aqui fazer três intervenções rápidas, digamos assim, mas com algum tempo que peço para as fazer. A primeira intervenção tem a ver com uma iniciativa que o Partido Socialista recentemente apresentou aos cidadãos da Guarda, que é uma iniciativa intitulada Porta Aberta. E esta iniciativa não é mais nem menos do que um canal de comunicação direto entre o Partido Socialista e todos os munícipes da Guarda, que possam deslocar-se ao gabinete às quartas-feiras, entre as 10 horas e as 13 horas, e também na sede do Partido Socialista aos domingos. Já vou chegar à conclusão por que é que estou a falar nisto. Terá pouco interesse aqui para os senhores Vereadores, mas a consequência desta iniciativa será importante para nossa discussão, reflexão e eventualmente para o Executivo poder tomar de boa nota aquilo que são as solicitações dos cidadãos da Guarda. Esta é uma forma concreta de fazer política com maior proximidade, evidentemente, o PS estar disponível e atento aos problemas concretos da vida dos cidadãos. É neste contacto direto com a população que se conhecem os problemas, que se recolhem as propostas e se lhe é dado consequência política. A oposição estando presente, atenta, fazendo uma oposição construtiva e próxima da comunidade. -----

Depois, o PS iniciou uma outra iniciativa, o Mãos à Guarda, que é estar próximo dos munícipes, dar respostas a situações de falta de manutenção, acessibilidades, limpeza e conservação do concelho, desde situações de sinalização, pavimentos degradados, passeios, iluminação pública, limpeza urbana, espaços verdes,

mobiliário. E como é que nós articulámos esta ligação entre os cidadãos da Guarda e o Partido Socialista? Através do preenchimento de um simples formulário, para nós reportarmos, nas reuniões de câmara, aquilo que se vai passando. Se me permite, vou apresentar sumariamente as ocorrências reportadas pelos munícipes e depois entrego este relatório aos serviços para fazerem chegar ao Presidente da Câmara e ao seu Executivo, para ver se os conseguimos resolver. Até porque alguns deles, em termos de segurança, são extremamente graves e até pode ter acontecido que ainda ninguém os tivesse reportado. Portanto, este canal vem aqui abrir uma porta para fazermos chegar aquilo que são os reais problemas que afetam diariamente as nossas populações. -----

No final da travessa da Rua das Flores, nas Lameirinhas, encontra-se na via pública e no passeio um amontoado de paralelos que se destinam a calçetar a rua. No entanto, os trabalhos não se iniciaram ainda e os respetivos paralelos constituem um obstáculo aos peões. E se nós estivermos a falar de peões de mobilidade reduzida, a dificuldade será maior. A situação já foi reportada ao município, ainda não houve resposta. -----

Estrada Nacional 577, apeadeiro do Sobral, entre a União de Freguesias de Avelãs de Ambom e Rocamondo: a estrada encontra-se com o piso degradado numa extensão de cerca de cento e cinquenta metros, representando um risco grave para os automobilistas. Situação já reportada ao município, não obteve qualquer resposta. -----

Urbanização da Quinta das Águas Santas, Rua do Pombal: existe um buraco - e eu chamava a atenção para este buraco - com cerca de um metro de diâmetro, junto ao passeio, numa curva, e com uma profundidade de cerca de três metros. Representa

um perigo iminente para os peões e automobilistas. Penso que a situação já foi reportada ao Município da Guarda e encontra-se na mesma situação desde que foi reportada e ainda não obteve nenhuma resposta. -----

Depois, e eu chamava a atenção para esta situação, uma vez que está em causa a segurança, não só dos automobilistas, mas também dos cidadãos, na Rua Xanana Gusmão, na Guarda. Os passeios encontram-se degradados, o que constitui um risco para os peões. Não serão só estes passeios, mas são aqueles que nos estão a ser reportados até ao momento.-----

Depois temos a descida da plataforma logística em Casal de Cinza. As águas pluviais provenientes da sarjeta são encaminhadas para a estrada no sentido ascendente, em frente à plataforma, provocando, em período de chuva intensa, um elevado caudal de água sobre a via, o que compromete a segurança da circulação rodoviária e representa um risco para os automobilistas. Portanto, penso que esta situação também terá uma resolução relativamente fácil. -----

Na Rua Professor Jorge Florêncio, no Bairro do Torrão, há uma curva de acesso à Rua 27 de Novembro com a Estrada Nacional que apresenta um traçado muito acentuado e visibilidade reduzida, dificultando a circulação dos veículos nos dois sentidos. O estacionamento indevido na própria curva agrava os constrangimentos e aumenta o risco de acidentes, colocando em perigo os automobilistas e os peões. Situação já reportada, sem resposta. -----

Ponte pedonal da Guarda: a ausência de elementos de proteção entre a faixa de rodagem e as escadas de acesso à ponte pedonal, aliada à reduzida largura do passeio, compromete a segurança dos peões e aumenta o risco de acidentes.

Recomenda-se a instalação de dispositivos de separação e proteção adequados, de forma a garantir condições de circulação pedonal mais seguras.-----

Depois, em relação ao Lidl, é só chamar a atenção para o seguinte: evidentemente que as obras, perante aquela infraestrutura, ficaram melhores. Mas aqueles separadores centrais, nós sabemos que somos uma cidade de nevoeiro e, não tendo qualquer pintura, poderá fazer com que as pessoas que não conheçam tenham ali acidentes. Exige-se que aqueles separadores centrais tenham aquela cor amarela e preta para se poder circular. -----

Depois, o espaço público adjacente à Pizzaria Da Vinci exige uma intervenção rápida, urgente, porque as pedras que estão no jardim têm caído, desprendem-se da parede e representam um risco de segurança para os peões e automobilistas. A situação é agravada também por falta de limpeza debaixo dessa escadaria que aí está. Não sei se o senhor Presidente ou os senhores Vereadores costumam andar a pé, mas essa escadaria não tem as condições de segurança mínimas e, quando o videowall não está ligado durante a noite, não tem iluminação, o que constitui uma grave falta de segurança para os peões. -----

Depois, senhor Presidente, há aqui dois assuntos particulares que nos foram reportados e foram-nos apresentados aqui no gabinete do vereador da oposição e, portanto, eu chamava a atenção para isto. É uma situação em que há um problema administrativo que se arrasta há mais de treze anos. Portanto, é um cidadão que habita a casa há mais de treze anos, tem luz, tem água, tem tudo e não tem a licença. Portanto, passados mais de nove anos desde a notificação, apesar das insistências formais do requerente (desde 2013, passando por 2019, em dezembro de 2025 foi a última), a Câmara ainda não concluiu a desafetação de um pequeno

terreno que existe lá, impedindo o munícipe de obter o título de legalização e licença de utilização da sua casa. Portanto, senhor Presidente, em relação a este assunto, eu acho que o cidadão merece uma resposta. Queríamos saber o ponto de situação concreto sobre o procedimento de desafetação da parcela, o agendamento urgente da proposta de desafetação e deliberação à Câmara e consequente submissão à Assembleia Municipal, e emissão do título da legalização da respetiva licença de utilização da habitação. -----

Depois, a segunda questão que também foi reportada presencialmente, tem a ver com o aluguer da instalação do bar no Parque Urbano do Rio Diz, em que a assinatura do contrato previa a manutenção dos WCs públicos existentes. O arrendatário arranhou os WCs do bar e reportou-nos que acha que não deve ter esse tipo de atuação na limpeza dos WCs públicos, até porque, em dias de feira e em dias de mercado, são esses WCs utilizados. Eu penso que já há um email em relação a isso. Portanto, julgo ser um assunto de simples resolução, uma vez que está aqui a assumir um papel que, penso eu, deve ser da autarquia, apesar de o contrato assim o exigir. Mas, na altura em que foi feito o contrato, os WCs do bar não estavam a funcionar; agora já estão a funcionar e, portanto, parece-me óbvio que... O senhor Vereador está a dizer que não. Depois, então, dirá o que é que se passa em relação a isso, mas foi-nos reportada essa situação. -----

Senhor Presidente, só mais dois assuntos muito rápidos, que é a segunda parte da intervenção. Para aqueles que diziam que, eventualmente, os cidadãos não gostam de ser ouvidos, temos aqui treze assuntos que nos reportaram no espaço de uma semana. E eu acho que é importante porque, muitas vezes... vamos lá ver, a culpa não é só da Câmara. Muitas vezes, os assuntos não chegam; outras vezes, os mails

são às centenas e aos milhares e, por vezes, não há resposta. Ou alguém encaminha para alguém, essa pessoa também tem muito serviço e, portanto, deixa aqui no ar a possibilidade. Eu penso que, trazendo esses assuntos aqui, pode ajudar a que se solucionem, principalmente aqueles que dizem respeito à segurança. Sabemos que as intervenções numa estrada que tem o piso degradado não podem ser calendarizadas de uma semana para outra. Sabemos a gestão que se faz e as dificuldades que existem, mas pelo menos fica o alerta para essas situações que acontecem. -----

A segunda intervenção tem a ver com a Universidade Politécnica da Guarda, e eu gostaria de deixar aqui alguns números para saber o que é que a Câmara quer fazer com estes números. E o primeiro número é: este ano entraram quatrocentos e oitenta e sete alunos; na primeira fase entraram trezentos e setenta e dois, na segunda fase entraram duzentos e dezassete. Nós estamos a falar num crescimento, na segunda fase, só para termos a noção, de 85%. Cresceu cento e oitenta estudantes, 58,6. A Universidade Politécnica da Guarda encontra-se em contraciclo com aquilo que são as universidades do interior. Assim sendo, parece-me que merecia alguma atenção especial e é aí que eu quero chegar. O Orçamento de Estado para 2027, referente à Universidade Politécnica da Guarda, o orçamento que apresentam é na ordem dos 20,6 milhões. Estamos a falar de um investimento das transferências correntes do Orçamento de Estado, estamos a falar em 14 milhões. Depois temos o Serviço de Ação Social, 1 milhão e 600 mil, mais 650 mil para projetos da Fundação de Ciências e Tecnologia. Portanto, temos aqui um valor global do Orçamento de Estado e daquilo que é o orçamento para a Universidade Politécnica da Guarda de 22 milhões 322. Estamos a falar num número muito

elevado e muito significativo. Acresce a isto que, se nós somarmos os gastos dos alunos que existem na Universidade Politécnica da Guarda, na ordem dos dois mil e quinhentos, fiz uma estimativa, gastando 500 euros por mês, estamos a falar em mais 15 milhões de euros. Portanto, nós estamos a falar numa organização que está próxima dos 37 milhões de euros que injeta na atividade económica do nosso concelho e que merecia, da nossa parte, uma atenção mais cuidada. E a minha reflexão vai precisamente nesse sentido e nas políticas públicas municipais que deveriam apoiar os estudantes e fomentar o seu crescimento. Porque eu acho que é nestes momentos que a autarquia tem um papel relevante na promoção, não só da universidade, mas também do próprio concelho e da própria cidade, e isso faz-se com iniciativas, com eventos e, portanto, assim sendo, eu gostaria de deixar aqui também a minha reflexão sobre isso. Podia fazer-se facilmente um guia digital, físico ou só digital, com informações sobre alojamentos, transporte, saúde, cultura, serviços públicos, desporto. Podia-se fazer uma sessão anual de acolhimento dos estudantes. Repare, senhor Presidente, eu vejo com bom agrado a situação do acolhimento dos novos professores que vêm para a Guarda, dos novos médicos que vêm fazer o internato e estamo-nos a esquecer de uma estrutura ou de uma organização que injeta cerca de 40 milhões de euros. Portanto, eu diria que há aqui um manancial de políticas públicas que podiam desenvolver-se em articulação, com a autarquia e a universidade, para fomentar e promover mais a própria instituição. A divulgação de oportunidades culturais, desportivas, o voluntariado, se existe... Hoje os jovens estão muito alertados para essa situação e, dentro disso, eu acho que há aqui a questão do alojamento. Nós temos, e bem, duas residências a serem construídas na nossa cidade e, portanto, os estudantes que tiveram

dificuldades em arranjar alojamento, sabendo que existe a oportunidade de, no próximo ano, ou se calhar antes de terminar o ano, ter um alojamento, servirá para promover a instituição, para promover o nosso concelho e dar resposta a um dos graves problemas que existe na nossa região. Depois, também os transportes e a mobilidade. Acho que há aqui uma articulação que tem que se efetuar em relação àquilo que pode ser e àquilo que o orçamento também permite. Nós temos que ter em consideração isso. Não dá para ir um autocarro todas as horas lá abaixo e voltar para cima, mas acho que há horas em que, se houver um estudo, se possa compreender qual é o melhor horário para ir buscar os estudantes e levá-los. A mobilidade ciclável e pedonal, portanto, também poderia ser. Os apoios sociais também acho que é uma oportunidade. Há situações em que já há concelhos que têm universidades que até têm bolsas de mérito para os estudantes dessa organização, neste caso aqui no concelho da Guarda e na nossa universidade. Quer dizer, é um incentivo. Pode ser pequeno, mas é um incentivo para promover o nosso concelho e também a universidade. Podia-se eventualmente falar num cartão municipal de estudante que podia abranger situações de redução de preços, desde a utilização das instalações desportivas, culturais, os museus, participar em atividades também culturais e, portanto, o apoio ao empreendedorismo. Depois, finalmente, acho que se devia criar uma comissão de acompanhamento da população estudantil. E aí eu acho que a Câmara devia ser a dinamizadora na criação dessa comissão, onde estivessem elementos da Câmara, da Universidade, da Associação de Estudantes, dos Serviços Sociais de Ação Social, para identificar e responder a situações de vulnerabilidade, associações empresariais para fazer ligação ao mundo empresarial e representantes dos estudantes. O que é que eu e o

Partido Socialista queremos dizer com isto? Eu pensei sinceramente que a gestão do dia a dia não é política, é gerir. A política é aquela que se pensa mais além, é aquela que se faz de reflexão. Tendo até um chefe de divisão da área da educação que foi ou é professor do Instituto Politécnico, eu pensei sinceramente que hoje tivéssemos aqui uma reflexão daquilo que seriam as propostas, ou pelo menos o memorando daquilo que podia ser um caminho a seguir para apresentar aos estudantes que estão aqui. Eu falei aqui nestes números para termos a consciência: nós estamos a falar em 40 milhões de euros de investimento. Eu penso que é significativo na nossa economia. Nós temos que olhar para esta organização e fazer tudo para que ela se mantenha, se desenvolva e cresça. E, para isso, é preciso apostar no capital humano e apostar no capital humano é promover os estudantes. Claro que a melhor promoção de uma organização é, sem dúvida, os próprios que entram falarem bem dessa organização, serem bem atendidos e os serviços públicos prestados serem os melhores. E, portanto, a Guarda, a sua liderança em termos de Câmara Municipal, deveria também promover e trabalhar este assunto. Fica aqui a reflexão à senhora Vereadora da área da educação. É o contributo que o Partido Socialista está a dar para que, daqui a amanhã, não se diga: aproveitámos a oportunidade em que houve um grande número de estudantes que entrou para a universidade, até em contraciclo com as outras universidades politécnicas do interior. E, portanto, acho que merece uma reflexão e merece que sejam iniciadas um conjunto de políticas públicas muito importantes para esta organização, mas também para o próprio concelho.-----

Depois, senhor Presidente, a terceira intervenção, muito rapidamente, é a informação sobre a situação económico-financeira do primeiro semestre de 2026.

O senhor Presidente já tinha alertado para esta situação em que as contas estariam a degradar-se, e estão efetivamente a degradar-se. E eu chamaria a atenção para quatro ou cinco números. Eu percebo perfeitamente que muito daquilo que eu vou dizer das contas públicas degradadas, tem muito a ver com os atrasos do financiamento que ainda não chegou. Eu percebo e, a bem da verdade, reconheço isso. Mas também existe uma degradação que é feita à custa das políticas que este Executivo está a empreender. E vamos a isso, porque temos que olhar nessas duas perspetivas. Primeiro, há o agravamento dos prejuízos. Eu diria que até haverá aqui algum descontrole das despesas operacionais. Se nós olharmos, estamos a falar num resultado líquido operacional, deste primeiro semestre de 2026, de mais 665 mil euros. Poderá não ser significativo, mas é um indicador de qual o caminho que nós estamos a seguir. Depois, temos os gastos operacionais que aumentaram, em termos de serviços, de fornecimento externo, 8,27%: 529 mil euros. E depois temos as despesas com o pessoal, senhor Presidente: 719 mil euros, ou seja, 7,6% em período homólogo. O peso do pessoal já absorve 62% do total dos custos operacionais e isto é relevante porque isto são opções políticas feitas. O aumento do endividamento: aqui, sim, estamos a falar numa situação em que há atraso em receber o dinheiro, mas a dívida aumentou, como sabe, 4,8 milhões de euros. Isto significa que aumentou 47% em período homólogo e está agora nos 15,2 milhões. Nem sequer estamos a falar do novo empréstimo contraído de mais de 12 milhões de euros. O passivo aumentou 19,39% para 67,7 milhões de euros. A degradação dos rácios de liquidez evidentemente que se verifica, caiu de 300,88% para 174,65%. A liquidez imediata desceu para metade, cerca de 65,9, para 35,9. Depois, terceiro aspeto, paralisação no investimento e incapacidade de captação de

fundos e aqui resulta daquilo que é ainda não ter recebido o financiamento dos projetos que estão em curso, mas também não sabemos se eles vão ser concluídos ou não, nem sequer sabemos qual é o financiamento que vão ter, nomeadamente aqueles que eram do PRR e agora passaram para o Orçamento de Estado. Parece-me, francamente, um número muito baixo: 200 milhões de euros para concluir todos os projetos, a nível nacional, do PRR que estão em curso, parece-me um número muito baixo. O investimento público municipal encontra-se fortemente atrasado, a aquisição de bens de capital ficou pelos 27,2% em termos de concretização, gerando um desvio negativo de 20,4 milhões de euros daquilo que estava orçamentado e daquilo que é executado. Depois, significa que o investimento estrutural do concelho fica aquém do previsto. A rubrica de passivos financeiros referente a empréstimos foi executada a 101,7%. O que é que quero dizer com isto? Os gastos mantêm-se a um nível, e até os empréstimos, superior àquilo que estava orçamentado para o primeiro semestre e as receitas estão muito abaixo daquilo que estava orçamentado, o que gera evidentemente os desequilíbrios que estou aqui a falar, a queda das receitas próprias e a dependência de saldos anteriores. Portanto, aquilo que acontece é que, não tendo receitas, aquilo que vai mantendo a Câmara em termos orçamentais é, sem dúvida alguma, o saldo anterior que resultou e que foi incorporado no orçamento deste ano. As receitas da atividade do município da venda de bens e serviços caiu 19,4, o que contradiz aquilo que é: mais funcionários, menos contratação de serviços externos. Pelos vistos não é isso que se verifica. Há um aumento para 19,24 e a cobrança de taxas e de penalidades caiu 28,8% daquilo que estava orçamentado. O montante global da receita é, em grande medida, absorve o saldo da gerência anterior que era 6,9

milhões de euros e do IMI que está executada, mas isso evidentemente que é assim, de 98,44%. A receita do IMI é uma receita que é cobrada ao longo do ano e, portanto, está executada quase na sua totalidade. Depois haverá uma terceira prestação mais para o final do ano e penso que também não haverá problemas em relação a isso. Existe, mas isso já sabemos, existe há muito tempo, já vem de anteriores mandatos, um risco elevado de contingência jurídica de processos pendentes e estamos a falar em qualquer coisa como 33,6 milhões de uros, sendo que 90 e muitos por cento são referentes às Águas do Vale do Tejo, processo já muito antigo de que se vem falando. Isto que eu fiz foi uma análise do ponto de vista micro e, quando nós falamos da despesa, estamos a falar na parte financeira. Mas eu gostaria de falar na receita e a receita é a economia. E quando estamos a falar na receita e associamos economia, estamos a falar em ciclos que vão acontecendo. Há ciclos mais positivos em que a economia cresce e as receitas arrecadadas serão muito superiores, há ciclos negativos em que a economia decresce e, portanto, as receitas vão ser inferiores. É isso que se vai verificar brevemente e temos que estar preparados para responder. Há um arrefecimento do investimento privado e da atividade económica no concelho. A cobrança de taxas de loteamentos da obra ficou-se nos 129 mil euros, tendo uma execução de 19,31%. Reparem bem nestes valores. A derrama arrecadada ficou-se apenas por 94,4 mil euros, o que corresponde a uma percentagem do orçamento executado de 7,18%. E estes dados mostram que a economia local não está a gerar a dinâmica e o crescimento necessários para atrair investimento e, consequentemente, atrair também empresas e pessoas. Segundo, existe a paralisia do efeito multiplicador do investimento público. Ou seja, quanto menos investimento público houver... E

aqui, a bem da verdade, já o disse, mas, para que fique claro, reconheço que parte desta falta de investimento público também é gerada, e isso reflete-se nas contas, porque o Estado ainda não pagou aquilo que são as obras e que a Câmara já pagou em adiantado. Numa região do interior, o investimento público municipal é o motor da dinamização económica e da coesão territorial e o relatório revela um bloqueio neste setor. O exemplo disso é o desvio negativo das obras não concretizadas neste semestre, em que estamos a falar de 20,4 milhões de euros. É um desvio significativo. Depois, estamos a falar dos fundos comunitários e, aqui sim, estamos a falar daquilo que ainda não foi pago, uma taxa de execução só de 21,6%. E, ao não conseguir executar e receber os fundos europeus estatais previstos, o Executivo priva a economia local do efeito multiplicador dos fundos públicos no emprego e na modernização do concelho. Terceiro, a extração fiscal sobre as famílias e a rigidez operacional. O aumento da sobrecarga de impostos sobre os munícipes sem que isso se traduza na melhoria de infraestruturas. E, como exemplo, a cobrança de impostos subiu 43,6%, ou seja, 5,4 milhões de euros, principalmente devido à taxa do IMI. Isso significa que houve aqui, portanto, mais habitação disponível para os habitantes. Enquanto a receita aumenta, a margem de manobra macroeconómica do município é absorvida pela rigidez da despesa. Quando nós temos 62,2% dos resultados operacionais comprometidos com as despesas com o pessoal, é a rigidez que nos impede de fomentar a economia. Os gastos com o pessoal são 10,13 milhões de euros e representam 62,1% do total dos custos operacionais. Quando se tem uma gestão, quando se tem este tipo de gestão, significa que o município está vulnerável aos ciclos económicos. Não está preparado para acorrer em situações de emergência económica motivadas pelos ciclos e previsões económicas do país e do

mundo. A vulnerabilidade financeira e a transferência de recursos para o futuro. A trajetória - e agora reparem bem nestes dois números que eu vou deixar, porque eu acho que eles têm um impacto significativo naquilo que deve ser a análise da macroeconomia que nós devemos fazer -, a trajetória das contas públicas municipais compromete a sustentabilidade económica a médio e longo prazo. O aumento da dívida por habitante, ouçam bem, o aumento da dívida por habitante passou de 258 euros para 379 euros. Quase que duplicou só nos últimos 12 meses. E não inclui aqui o empréstimo já de 12 milhões, porque não está refletido nestas contas. A conclusão é simples. Em termos de macroeconomia, o relatório do primeiro semestre de 2026 desenha um município que arrecada mais impostos às famílias, mas falha na entrega do investimento estrutural, enquanto cresce o endividamento e as despesas de funcionamento. Esta combinação reduz a competitividade territorial da Guarda face a outros polos regionais do interior. Senhor Presidente, obrigado pela atenção. Agradeço também a todos. Tenho dito.”

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores, façam favor.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Muito boa tarde a todos, senhor Presidente, senhores Vereadores, técnicos da Câmara também aqui presentes. Uma boa tarde para todos e voto de boa semana também. Senhor Presidente, a primeira questão: há quinze dias estivemos aqui numa sessão de Câmara Municipal, o senhor Presidente não esteve presente, foi o senhor Vice-Presidente, que assumiu, em suplência, a direção da reunião, nada nos comunicou sobre a razão pela qual não estava aqui. Agradeço o facto de o senhor Presidente agora ter informado que não está cá o senhor Vice-Presidente, António Fernandes, porque está no seu legítimo direito de férias. Mas, pronto, viemos a saber que o senhor estaria, nesse dia, na Argentina, na cidade de

Marcos Paz. Não vejo qual era a dificuldade de nos ter sido comunicado, aos Vereadores aqui presentes e aos técnicos da Câmara Municipal, que não estava cá porque estava a representar a Câmara Municipal no âmbito de um protocolo de geminação que nós mesmos tínhamos aqui aprovado. E até valorizámos a iniciativa, embora seja um pouco distante aqui da Guarda. Mas pronto, hoje os aviões andam por aí, portanto também não há grande problema. Mas gostaríamos de ter sabido na reunião. Mas, pronto, ficámos a saber pelas fotografias que andaram aí a circular, ou pelo menos alguém mostrou que estava na Argentina. Espero que tenha corrido tudo bem. Também não estaria à espera de um presentinho no dia das eleições autárquicas fazer um ano, mas, de qualquer maneira, não ficaria mal termos sido informados. Depois, também quero dizer: comentei aqui com a minha colega Vereadora, Dra. Alexandra Isidro, na sequência da intervenção do senhor Vereador António Monteirinho, que nós não recebemos sequer comunicação, nem antes nem depois do Dia do Idoso. E, entre nós os três, eu até tinha mais direito a receber essa comunicação. Mas, pronto, de qualquer maneira, o senhor Presidente esclarecerá o que é que se passou em relação a essa comunicação, em relação a essa comunicação do Dia do Idoso. Mas, a propósito do Dia do Idoso, e aliás, a intervenção do senhor Vereador António Monteirinho chamou-me à atenção. Apareceu aí uma comunicação da Freguesia da Guarda dizendo que tinha cerca de noventa pessoas para inscrever e não foram tidas em consideração essas pessoas na viagem do idoso. Penso que essa comunicação se refere a isso, que está na página oficial da Junta de Freguesia da Guarda. Gostaria de saber o que é que se passou, porque, se realmente é verdade que isso aconteceu, não acho que fique bem, num dia destes, criarmos essa vala, essa trincheira entre a

Junta e a Câmara Municipal da Guarda. Aliás, muito daquilo que o senhor Vereador António Monteiro falou na sua intervenção estaria resolvido, se o modelo de articulação de transferência de competências que fosse feita. Estaria resolvido, senhor Vereador António Monteiro. De facto, esse ainda é um progresso que estamos a aguardar e esperemos que, durante este ano, ou neste mandato, ou amanhã, ou para a semana, possam estar resolvidas essas questões. Porque, se houvesse uma melhor articulação entre os serviços da freguesia e os serviços da Câmara Municipal e houvesse uma melhor compreensão para aquilo que é a dimensão urbana e rural da Freguesia da Guarda, seguramente muitas das questões que suscitou, e também agradeço, estariam resolvidas mais rapidamente ou, pelo menos, esbatidas, se houvesse esse cuidado. Mas esperemos que seja este mandato e que, nos próximos três anos, ou na próxima semana, possamos ter novidades sobre essa matéria.-----

Outra questão que eu queria colocar, senhor Presidente, tem a ver com a situação da funcionária desta Câmara, da técnica Gisela Valente. Esteve aqui na Assembleia Municipal, o senhor Presidente mencionou-nos que até ia recorrer a uma empresa privada de serviços jurídicos para despoletar o processo disciplinar. Não sei se o vai fazer para todos os funcionários a partir de agora, se vai contratar sempre os serviços jurídicos externos para dirimir as situações de cariz disciplinar que aqui possam surgir. Vi que o acordo que estabeleceu com a empresa de serviços jurídicos é de vinte e quatro meses, se não estou eu. São dois anos. Sinceramente, enfim, diria que está a ver se passa o tempo, para ver passar o tempo, pouco mais. Mas, enquanto passa e não passa o tempo, esta senhora funcionária, esta técnica da nossa Câmara Municipal, continua a escrever ao senhor Presidente da Câmara,

reclamando aquilo a que a senhora técnica tem direito, que é o reembolso das despesas, dos danos patrimoniais causados por três ou quatro processos disciplinares que lhe foram levantados. Um deles depois foi, tanto quanto julgo saber, foi o Presidente Álvaro Mar que mandou, digamos, arquivar alguns deles ou um deles pelo menos. A Câmara também foi condenada a pagar os meses que retirou à senhora técnica noutro processo. Sinceramente, o senhor Presidente fará o que entender, como é evidente, tem a maioria, mas às vezes as maiorias cometem desvios que podem ser evitados. E cometem desvios não pela lei ou pelo cumprimento da lei, mas em aproveitamento da lei para manter e protelar uma situação que, como o senhor Presidente saberá tão bem ou melhor do que eu, e não precisamos de ser especialistas na matéria, causa situações de menos bem-estar a quem nela está envolvido, seja a técnica da Câmara que foi condenada, seja a técnica da Câmara que fez a queixa. E não acredito que o senhor Presidente seja insensível a essa matéria e que não possa, pelo menos ao fim de quatro ou cinco comunicações que lhe foram feitas, pelo menos não responder à técnica envolvida. Pronto, vamos esperar por essa aquisição de serviços jurídicos, porque, a partir de agora, senhor Presidente, qualquer funcionário desta casa ao qual seja necessário desenvolver algum procedimento disciplinar, também terá direito a reclamar que seja contratada uma empresa de serviços jurídicos, para além daqueles juristas que a Câmara tem. Portanto, a questão em relação à técnica Gisela Valente é dizer exatamente isso: para quando o senhor Presidente resolve retribuir as comunicações que lhe são dispensadas? E para quando assume as despesas de reembolso com os danos patrimoniais causados a esta senhora técnica, Eng.^a Gisela Valente? -----

Depois, dizer, senhor Presidente, que a casa no Valcovo, a famosa casa do senhor Manuel, está praticamente devidamente arranjada e com condições para poder ser habitada pelo senhor Manuel, à custa de muito esforço dos funcionários. Penso que estarão a fazer as ligações hoje ou amanhã, tudo com trabalho voluntário. Foi-me informado que não, que não era bem assim, mas, tanto quanto julgo saber, terá chegado uma comunicação à Câmara com os elementos referentes à titularidade da casa, já em nome do senhor Manuel. Mas o senhor Presidente me esclarecerá, porque no outro dia foi-me dito que não e até admito que não seja verdade o que me disseram. Bom, mas aquilo que os meus olhos puderam ver nesta quinzena é que as obras estão praticamente concluídas e o senhor Manuel, mais dia, menos dia, mais quinze dias, menos quinze dias, poderá mudar-se para lá. Sinceramente, já trago este assunto várias vezes a esta sessão e custa-nos muito verificar que não houve uma palavra da Câmara para com a Junta, não houve uma palavra da Câmara com as pessoas envolvidas. Não estou a falar dos técnicos da Câmara Municipal da Guarda, estou a falar dos Vereadores, seja o seu Presidente, enquanto dirigente máximo da autarquia, da Vereadora, neste caso, ligada à área social. Acho que, ao fim do ano, já chega de perdermos tempo e temos que ganhar tempo e dar dignidade e condições. Parece-me que aqui a Câmara está a falhar redondamente e custa muito mais numa área tão sensível como é as condições de habitabilidade. Não é caso único, já aqui o senhor Presidente referiu. Também referiu que o senhor não tinha nada que sair da instituição onde estava, enfim. São opiniões, eu respeito-as, mas não só não concordo como discordo totalmente e deixo mais uma vez: senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda faça o favor de agir neste

processo e dê o devido contributo que deve ser dado pela câmara municipal nesta circunstância. -----

Entretanto, também nos chegou uma comunicação da CERCIG, penso que chegou a todos os Vereadores, em relação ao protocolo, agora prestação social única, antigamente era prestação de rendimento social de inserção. Como até vinha nesse mail que nos foi enviado a todos os Vereadores, que a Câmara Municipal enviou um ofício a dizer que iria, os tais noventa dias de antecedência, romper o contrato que tinham até agora, baseado na lei. Depois eu fui ver a lei e não é bem assim. A portaria da prestação social única diz claramente que ainda é possível manter o mesmo tipo de tratamento e de relacionamento com as instituições, neste caso, penso que na Guarda só são duas: o NDS e a CERCIG. A primeira pergunta: vai fazer o mesmo em relação ao NDS? A segunda pergunta: qual é a razão e o motivo pelo qual V. Exa, em nome da Câmara Municipal da Guarda, mais uma vez, na área social, vai romper algo que está instituído, digamos assim? Tem essa liberdade e a lei está do seu lado aí. Portanto, aqui não está em causa se está ou não está a cumprir a lei. Tem esse direito. Sente que é sua obrigação romper esse contrato porque já tem funcionários a mais na Câmara que podem ter essa ocupação, e tudo bem. Mas tem a noção exata de que, quer em relação à CERCIG e, eventualmente, quer em relação ao NDS, compreenderá que isso está a devolver um monte de problemas a essas duas IPSS, se realmente for a sua intenção ser para as duas IPSS. Porquê? Porque as instituições também... Aliás, a Câmara recebe do Estado central e transfere para essas entidades o dinheiro do Estado central. E aqui há outra pergunta. Pelo que me foi dado a conhecer, o último governo, ainda do tempo do Partido Socialista, acrescentou ao valor a transferir para as câmaras municipais,

não só para esta, mas para todas, o valor da remuneração aos técnicos, que nunca é bem aquele que as instituições pagam, mas pronto, é o que está. E um dos últimos governos acrescentou o valor para as despesas de funcionamento, enfim, de funcionamento e outros serviços, digamos assim. E, tanto quanto ouvi contar, essa verba que vem para a Câmara da Guarda não é transferida. Gostaria de saber se é ou não transferida. Eu estive presente aqui na reunião do Conselho Municipal de Educação e ouvi, satisfeito, a opinião de um senhor diretor de um dos agrupamentos da Guarda referir que a câmara transferiu ou delegou uma série de competências que estavam na órbita da câmara, para a direção dos agrupamentos. Eu fiquei satisfeito com essa decisão, porque julgo que é assim que a sociedade civil se torna mais poderosa, se torna mais participativa, e podemos ter aquilo que é o cerne da transferência de competências que os governos têm vindo a fazer ultimamente, que é empoderar as câmaras municipais, as juntas de freguesia - no nosso concelho isso não acontece, esta parte, mas enfim - e empoderar, naquilo que for possível, a sociedade civil, neste caso os agrupamentos. Fiquei satisfeito. Agora, quando vejo esta questão da CERCIG, parece-me que há aqui um retrocesso e não vejo qual é o fundamento. Não consigo conceber, mas o senhor Presidente explicará melhor do que eu. Mas um dos muitos problemas que o senhor vai transferir para a CERCIG, não sei se também para o NDS, é que essas entidades não vão ter capacidade financeira para aguentar, permitem-me esta expressão plebeia, aguentar os técnicos a pagarem-lhes os catorze meses, mais os descontos, etc. E pode significar desemprego para essas entidades, porque, num organismo público como a câmara depois pode haver reafetação de funcionários, de tarefas, de funções, naquilo que é possível e que a lei permite, mas nestas instituições IPSS

não é possível. E depois há um saber de experiência acumulado, seja pelo NDS, seja pela CERCIG, que aqui podia ser potenciado. Gostaríamos de perceber se há fundamento nesta observação que a CERCIG fez chegar aos Vereadores, qual é bem o fundamento que se pretende e se tem bem a noção da amplitude da sua decisão. Quer dizer, espero sinceramente que haja a possibilidade ainda de ser revertida esta decisão e que, e aí sim, verdadeiramente os técnicos desta casa, com os técnicos da CERCIG e do NDS, precisamente no âmbito específico do trabalho que tem a ver com as pessoas que estão a beneficiar do rendimento social de inserção, possa haver aquilo que se pretende com esta lei, que é a reinserção. E essa é que é a tarefa mais importante. É uma tarefa muito difícil, muito complexa, muito ampla naquilo que é a sua resposta e que carece não apenas daquilo que o Estado vai fazendo, mas carece muito mais daquilo que, localmente, nós somos capazes de procurar responder. E, quando digo localmente, não me refiro apenas à Câmara Municipal e a estas duas entidades, mas a mais entidades. Portanto, parece-me aqui uma contradição entre aquilo que se fez com as escolas e o que agora se quer fazer, neste caso com a CERCIG, não sei se também com o NDS. Aliás, ainda em relação à questão da junta, queria deixar aqui uma palavra de agradecimento e de satisfação por ter presenciado na RTP1 uma notícia. Eu não estava na Guarda nesses dias, mas pude observar na RTP1 uma reportagem sobre a inauguração de uma loja que a Freguesia da Guarda colocou na Rua Francisco de Passos, na Rua Direita, mais concretamente, e que desenvolveu lá um espaço de atividades, de tradições. Esteve presente a senhora Vereadora Cláudia, pelo menos. Eu vi e fiquei satisfeito e gostaria, portanto, em primeiro lugar, de parabenizar a Junta de Freguesia da Guarda por essa excelente iniciativa de tentar também ajudar à revitalização da

área da zona histórica da Guarda, com uma iniciativa tão bonita, que tem a ver com o artesanato, tem a ver com as nossas tradições. Alberga lá mesmo uma associação de artesãos, e isso apraz-nos registar. E gostaria que ficasse em ata a nossa palavra de congratulação para com esta iniciativa da junta de freguesia. E se eventualmente a Câmara Municipal for oficiada com alguma comunicação da junta para prestar colaboração, apoio, mesmo apoio financeiro, espero sinceramente que a Câmara diga que sim e possa até acrescentar e aportar mais valor a esta iniciativa da Freguesia da Guarda, que, aliás, já em janeiro deste ano tinha, na Praça Velha, na Praça Luís de Camões, também tinha, de alguma forma, colocado numa loja que lá está, também alguns produtos, seja da freguesia, seja de alguns artesãos. É uma linha interessante que a freguesia está a desenvolver e que eu gostaria aqui de deixar referenciada. Mas, fundamentalmente, para além de agradecer a presença da senhora Vereadora nessa sessão, a senhora Vereadora Alexandra Isidro também esteve, não sei se o senhor Vereador António Monteiro esteve? Também esteve. Portanto, para além de agradecer a presença de todos vós nessa sessão, valorizar claramente esta iniciativa da freguesia e esperar que, se a freguesia considerar necessário algum apoio da câmara, inclusive financeiro, não diga que não, porque se trata de operacionalizar algo que foi também, já agora, há um ano, no dia das eleições autárquicas, uma das promessas da junta e da câmara, (também do Partido Socialista e do Nós, Cidadãos!) revitalizar a zona histórica. E esta é uma verdadeira iniciativa que realmente pode dinamizar a zona histórica e não precisamos de fazer tão grandes investimentos assim, esperando, naturalmente, que haja um aprofundamento desta iniciativa. -----

Já agora, queria juntar-me aqui às palavras mencionadas pelo senhor Vereador António Monteirinho em relação à questão da Universidade Politécnica da Guarda. Aqui há um ano, provavelmente por esta altura, estaríamos a carpir aqui as mágoas, porque o Instituto Politécnico da Guarda tinha tido menos lugares, era um dos piores a nível nacional. Este ano, felizmente, é um dos melhores a nível nacional e nós queremos congratular-nos com isso. Tal como disse o ano passado aqui e volto a dizer, esta questão de entradas e saídas, de mais ou de menos, tem muito a ver com toda a orgânica nacional. Já houve várias tentativas, seja nos governos cor-de-rosa, seja nos governos cor de laranja, mas, em rigor, não conseguimos realmente ter aqui muito mais alunos. E também, vamos ser francos, não podemos fechar as universidades do litoral, porque isso não faz sentido absolutamente nenhum. Faz sentido que haja aqui alguma medida, alguma política de discriminação positiva, mas, em rigor, este ano a Universidade Politécnica da Guarda está de parabéns. E nós, obviamente, só temos é que apostar também nesse entusiasmo e nessa satisfação de verificarmos que, em relação a 2025, na segunda época tiveram mais 85% de alunos inscritos aqui, o que é realmente muito positivo. -----

Também queria valorizar a iniciativa que a Câmara tem vindo a fazer no âmbito do clérigo Francisco de Pina, e deixar aqui, para além de saudar a Câmara Municipal por todas as iniciativas que tem vindo a fazer nesta matéria, uma palavra muito especial que também gostava que ficasse registada em ata, da nossa parte, dos Vereadores do PSD, um grande cumprimento ao senhor Professor António Morgado, que é nosso cidadão, é nosso concidadão, tem feito vários artigos e estudos sobre esta matéria. Creio que até foi ele o iniciador de todo este processo. Se não foi um dos iniciadores, foi uma das pessoas que estudou inicialmente esta

matéria e teve contacto com os vietnamitas, mais na área cultural, na área linguística. E, na verdade, acabou por ser um projeto que começou aqui há alguns anos, e bem a Câmara Municipal continuou e esperemos que continue. Mas queríamos deixar esta palavra de agradecimento por todo o esforço do senhor Professor António Morgado, da nossa cidade. -----

Também deixar aqui uma palavra de agradecimento e de parabéns à Aldeia SOS, que cumpriu ontem o 40.º aniversário da sua implantação na cidade da Guarda. Estivemos presentes, assistimos um bocadinho, conhecemos esta instituição e esta entidade e parece que nos fica mesmo muito bem valorizar e gostaríamos também de deixar ficar registada em ata uma grande palavra de agradecimento e uma grande palavra de solidariedade para todas aquelas pessoas que ali trabalham naquela instituição, como noutras similares, que merecem bem o nosso longo abraço e a nossa palavra e o registo na ata da satisfação com que foi comemorar 40 anos de presença na nossa cidade. Isso é realmente muito importante e não devemos esquecer isso. -----

Tinha depois aqui também a questão das contas mencionadas já pelo senhor Vereador António Monteirinho. Finalmente, as contas chegaram. Eu faço-lhe recordar, senhor Presidente, que o relatório refere-se ao primeiro semestre. Estamos praticamente em meados de outubro e finalmente é-nos presente. Já o ano passado mencionámos, já aqui falei. Eu falei aqui na sessão de julho, o senhor Presidente, brincando, troçando, como queira entender, referiu que ainda só tinha passado um mês. Bom, mas não passou um mês: passou um, dois, três meses. Não é normal que isto assim seja, não pode ser assim no próximo ano. -----

O senhor presidente não pode deixar para outubro a apresentação do relatório e contas do primeiro semestre. Tem muito tempo para ir à assembleia municipal de setembro e para vir aqui, no princípio de setembro, à reunião de câmara municipal. Não é uma questão de duvidar das contas, nem das pessoas que fazem as contas, nem dos serviços camarários, nem do senhor Presidente, nem dos senhores Vereadores. Desculpe, é uma questão mínima de transparência e de informação aos concidadãos da nossa cidade. No mínimo, no princípio de setembro, este relatório, no próximo ano, tem de estar presente aqui perante nós. Não é dizer que já estava na câmara e não houve tempo ou houve esquecimento. Tudo pode acontecer, mas isto é algo que tem que ser. Assim como, não é para aqui chamado, mas em todas as sessões das assembleias municipais deve ser presente uma informação de cariz financeiro. Não é só dizer que está tudo bem, ou que vai tudo andando ou que os fundos europeus ainda não pagaram, etc. Não, é uma informação que está tipificada na lei. Os técnicos sabem-no bem melhor do que eu. Já o fiz, pelo menos, durante vinte anos, numa freguesia, que é uma coisa pequenina, e mandávamos até com muito mais tempo de antecedência do que a lei obrigava. Enfim, aqui faz-se quando se entende e quando a lei diz, que é com dois dias de antecedência à reunião de Câmara. Sobre as contas da Câmara Municipal, dizer muito daquilo que já foi dito pelo senhor Vereador António Monteirinho. Dizer que quase me apetece apenas perguntar: qual é o truque de magia que o senhor Presidente da Câmara faz nesta Câmara Municipal, quando apresenta uma dívida tão grande, tem cada vez menos liquidez, os pagamentos são mais demorados e uma taxa de execução inferior ao ano anterior? No fundo, é um truque de magia. Por exemplo, aqui a questão do tempo médio de prazo de pagamento. Quer dizer, é estranho, senhor

Presidente. O ano passado nós mencionávamos que vinte e cinco dias já eram mais do que os anos anteriores. Já eram mais. O senhor Presidente disse, e bem, que estão dentro da lei e, portanto, até noventa dias pode andar à vontade. Mas agora subiu para quarenta e oito dias. É quase 100%. 92% a mais. São mais vinte e três dias do que era antes. Agora percebemos porque é que esta Câmara vai começar a funcionar a prestações. Esperemos que os investimentos não sejam a prestações, porque é o que temos vindo a fazer. Ou seja, quando nos vem aqui dizer que vai pagar às associações por quatro vezes, e algumas estão mesmo atrapalhadas, quer dizer, não é justo. Não é justo para quem anda voluntariamente nestas atividades e têm responsabilidades muito grandes, às vezes, pela dimensão do seu trabalho associativo. Mas aqui o prazo médio de pagamentos, o senhor Presidente tem que nos explicar como é que consegue estar sempre a subir. Onde havia de estar a descer, está a subir. Quase 100% de aumento em relação ao ano passado. Depois, já aqui foi falado da liquidez, da execução de investimento de capital. Eu espero que o senhor não tenha tido uma taxa de execução de 32% em junho do ano passado por causa das eleições. Espero que não, porque essas coisas já não funcionam assim, mas este ano conseguiu reduzir para 29%. Ou seja, menos 3% em relação ao ano passado. Sinceramente, quase me apetece dizer que, ao fim de um ano de mandato, continuamos... Não é verdade o que eu vou dizer, não é rigoroso, aliás, o que eu vou dizer, mas pode-se dizer: temos tido uma política de anúncios, para agora chegarmos à conclusão de que tantos anúncios, tantos anúncios não fizeram as obras andar. Continuamos agora com um valor negativo em relação ao confronto com o ano passado. Outra questão que me preocupa é a questão do resultado líquido, sem dúvida. Portanto, é uma fotografia que é feita a 30 de junho. A 31 de

dezembro poderá estar diferente, poderá estar melhor, mas conseguiu subir o resultado líquido negativo em mais cerca de 70 mil euros. Eu sei que é um valor pequeno. Num orçamento de milhões, é um valor até bastante pequeno. Até podia ter subido mais. Mas, em rigor, foi de 601 mil euros para 665 mil euros. São mais perto de 70 mil euros. Parece-nos que o senhor Presidente terá que dar aqui alguma explicação sobre esta matéria. O próprio EBITDA também continua a descer. Enfim, são só menos 4%. Ou seja, todos os valores que deveriam estar bem, estão a piorar. Nós dissemos aqui que as contas estariam a ficar mais para o amarelo do que para o verde do ano passado, acreditando que o senhor Presidente, já tinha passado as eleições, que este ano pudesse, no mínimo, recuar mais para verde do que amarelo. Mas, muito honestamente, parece-me que as contas nem estão em verde, nem estão em amarelo, e não sei se é para fazer jus à vitória do Benfica ontem: estão a ficar para o vermelho. Não estão propriamente sequer no amarelo. Pode agradecer ao senhor Vereador António Monteiro a justificação de que os fundos comunitários ainda não pagar, etc. Isso não convence. Não convence, porque as prioridades e a gestão têm de ser feitas a contar com o bolo total e não apenas com aquilo que possa vir. O Governo também pode dizer a mesma coisa. Depois, outra questão é assim: quais são os investimentos que justificam a redução da taxa de execução? E se há medidas que foram adotadas, ou não, para recuperar os atrasos? O ano passado, em junho de 2025, ainda se podia dizer que as enxurradas, as tempestades, as chuvas, tudo isso fizeram atrasar. E é verdade, não é mentira. Este ano foi um tempo razoável, quer dizer, não há razão de queixa para que as obras estejam atrasadas ou que não tenham sido feitas. Gostaríamos de saber quais são os investimentos que justificam a redução da taxa de execução. O que é

que não foi feito e porque é que não foi feito? Depois, que investimentos concretos justificam o acréscimo de 5 milhões na dívida? O que é que foi feito para conseguirmos ter um acréscimo da dívida global no valor de 5 milhões de euros? Bem, o prazo médio de pagamentos, já percebemos, pronto, não é possível. Eu também não acredito que o senhor Presidente queira ter o prazo médio de pagamentos a crescer. Acredito que o senhor o queira reduzir, porque isso tem a ver com a economia local, isso tem a ver com os fornecedores da Câmara Municipal da Guarda, tem a ver com as associações que já aqui comentámos. Portanto, eu acredito que o senhor queira reduzir este tempo. Mas não, tem vindo a aumentar. Tem que nos explicar a razão pela qual isto acontece. E, mesmo para terminar, em relação às contas, dizer, senhor Presidente, que não conseguimos entender, já falámos do investimento de capital, como é que é possível uma Câmara que anunciou e que nós aqui aprovámos tantas obras e tantas entregas de obras e não conseguimos aumentar este resultado. Quer dizer, as despesas com o pessoal, enfim, justificará como sempre: mais funcionários entraram para a Câmara, o Governo aumentou, felizmente, os salários da função pública. Mas também aumentou o dinheiro transferido para a Câmara, como sabe, para o ano já vai aumentar mais. Felizmente, diga-se de passagem. Não nos fazem nenhum favor. De qualquer maneira, aumentou mais. E gostaríamos de saber qual é a estratégia que o senhor Presidente pensa desenvolver para este processo e pedir-lhe, encarecidamente, senhor Presidente, que, nesta questão do prazo médio de pagamentos, faça um esforço para reduzir muito. E, se é que já não pensou, que soluções tem para este processo? Porque, realmente, a comparação entre o primeiro semestre de 2025 e o primeiro semestre de 2026, tem claramente uma evolução

desfavorável de todos os indicadores referentes à gestão municipal. De todos. Não há um que se diga que melhorou. Não. Tudo o que era para melhorar, piorou. E, tudo aquilo que não devia piorar, piorou na mesma. Portanto, senhor Presidente, gostaríamos de ter respostas às questões que eu coloquei, que não são questões de retórica, são claras. E gostaria de ter essas respostas para depois, também, se não responder, naturalmente, voltar a questionar. Darei a palavra à minha colega, à senhora Vereadora Alexandra Isidro. -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Muito boa tarde a todos, senhor Presidente, senhores Vereadores, senhores técnicos da autarquia. Para não demorarmos muito, já vai longo o período antes da ordem do dia, colocava aqui três questões que são muito práticas e, eventualmente, de fácil resolução para tratarmos. O senhor Vereador António Monteirinho mencionou que o PS tem aquela iniciativa das portas abertas, nós falamos com muita gente e as pessoas também nos transmitem as suas preocupações, as suas necessidades e dão-nos até sugestões de melhoria dos serviços e das condições que são dadas aos munícipes em várias áreas. Uma, em concreto, tem a ver, senhor Presidente, com a questão da mobilidade e dos transportes, nomeadamente dos transportes urbanos da estação da Guarda, da CP, até ao centro da cidade. As pessoas chegam nos Intercidades, vêm da Beira Baixa ou da Beira Alta e um chega às 22h44 e o outro às 23h50. O senhor Presidente e o senhor Vereador Rui Melo saberão que, a essa hora, a Guarda parece um verdadeiro faroeste: não se vê ninguém, não há táxis, não há transportes, não há um autocarro. Eu faço este apelo aqui porque me relataram várias situações, até caricatas, de pessoas que tiveram que apanhar boleia porque não conseguem vir para o centro da cidade. E verifiquei que, nos transportes urbanos, nos horários,

naqueles que estão disponíveis a que eu consegui aceder, o último que passa pela estação, sai da Escola Carolina Beatriz Ângelo às 22h20. Passa às 22h25 na estação de Caminhos de Ferro e chega cá em cima às 22h44. Portanto, este autocarro, que é o último, não apanha nenhuma das pessoas que venham no Intercidades. E eu acho que isto, se calhar, seria de acertar com a empresa de transportes ou ver se há possibilidade de algum shuttle mais tarde ou se se pode alterar o horário a este, porque, efetivamente, as pessoas frequentemente não têm meio de transporte para vir para o centro da cidade. Isto é verdadeiramente vergonhoso para a Guarda, parece-me, as pessoas chegarem e não terem nenhum transporte. Depois, outra questão que eu queria colocar, tem a ver também com o que falou o meu colega João Prata sobre iniciativa da Junta de Freguesia. Tive a oportunidade de falar com vários artesãos e uma das responsáveis pela Associação Mãos da Terra falou connosco no sentido de que pudéssemos interceder ou perguntar o que se passava com a atribuição da verba a que se candidataram no âmbito dos apoios às coletividades culturais. Parece que não terão recebido qualquer verba este ano e aquilo que eu perguntava era porquê? O que é que se passou e se se pode ou não resolver? Parece-me que é uma associação que desenvolve um trabalho meritório, mas não estou dentro, obviamente, daquilo que foi o procedimento desta associação para aceder ao apoio. Mas, de qualquer maneira, deixava aqui esta nota. Outra questão que lhe colocava, senhor Presidente, já venho a reiterar há várias reuniões. Nós enviámos um e-mail a 5 de fevereiro de 2026 e pedimos três contratos, três procedimentos: a elaboração do plano estratégico da Guarda 2040, a consultadoria para a elaboração do plano de desenvolvimento económico com base na atração de pessoas e empresas e a prestação de serviços para a coordenação do

projeto de estratégia de desenvolvimento assente nas artes e no património. Estamos aqui a falar de cento e tal mil euros de despesa. Nós já solicitámos estes contratos. Já nos foi dito, por diversas vezes, em várias reuniões, que eles nos iam ser entregues. Não foram até hoje. Hoje é dia 12 de outubro e, portanto, senhor Presidente, parece-me que já é uma falta de respeito àquilo que nós perguntamos e pedimos aqui. E, portanto, acho que deve encetar esforços junto dos técnicos. Eu sei que houve o apagão, sei que houve constrangimentos, tudo muito bem. Mas, se não estão disponíveis nos servidores, há-de haver processos em papel. Portanto, aquilo que eu peço, encarecidamente, antes que tenhamos que o fazer novamente por escrito, eventualmente não só nesta instância, mas para outras, é o acesso aos documentos. Muito obrigada.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Tentarei ser breve. Apesar de irmos com uma hora e meia de reunião de câmara, mas tentarei ser breve. Bom, sobre aquilo que aqui foi sendo referido, senhor Vereador António Monteirinho, de repente o senhor traçou aqui um cenário... Qual Dante, qual quê! Reparei que o senhor trouxe bem a lição estudada, escrita. Portanto, quem o ensinou, que é normal, quem o ajudou a fazer essa intervenção, que esteja preocupado com esse cenário dantesco: quanto pior, melhor. Mas olhe, já agora, sobre essas questões que colocou do buraco, o senhor só referenciou aí um buraco. Estou preocupado. só termos um buraco, neste momento, em todo o concelho, é sinal que, afinal, os serviços estão a funcionar. Mas, em breve, nas próximas semanas, entrará em funcionamento uma nova App, finalmente, depois de termos ultrapassado todas as dificuldades que tivemos. E depois podem colocar lá na App, porque aí haverá prazos e o controlo é feito de uma outra forma completamente diferente. Mas o

senhor, de facto, traçou aí um cenário absolutamente dantesco. Aliás, isso faria com que Dante fosse um discípulo do senhor Vereador António Monteiro, quase, qual quê! Começando pela questão do Dia do Idoso, já agora, de uma forma transversal: nunca foram convidados Vereadores da oposição para o Dia do Idoso e, se alguém foi convidado, foi um erro. Se alguém o enviou, enviou à revelia, porque nunca, em treze anos que eu estou nesta casa, foi enviado qualquer convite para a oposição para o Dia do Idoso. Ponto final, parágrafo. E nós não vamos alterar esse modus operandi. Já falarei mais adiante da questão do Dia do Idoso.

Bom, fiquei admirado como é que os senhores Vereadores do PSD não falaram da reunião do Conselho de Ministros aqui nesta sala. Acho que podiam ter falado! É um Governo que é sustentado pela maioria do PSD na Assembleia da República. O senhor Vereador António Monteiro, à sua maneira, naturalmente, fazendo política, é claro, falou dela. Admiro-me os senhores não terem falado. Olhe, foi uma grande conquista para a Guarda, devo dizer. Foi a primeira vez, em cinquenta anos do poder local, que houve um Conselho de Ministros na Guarda. Bom, do poder local e a caminho de cinquenta e três anos do 25 de Abril. Portanto, é uma grande conquista para a Guarda, e a Guarda mostrou, uma vez mais, que é capaz de organizar, é capaz de atrair todos os principais governantes do país para uma mesma reunião, uma macro reunião, ainda para mais a reunião de encerramento do PRR. E, sobre o conteúdo que eu falei, eu estava sentado mais ou menos aqui. As mesas eram outras, naturalmente, por causa dos sistemas de som, que eram completamente diferentes. Eu estava sentado mais ou menos aqui. Aqui estava o senhor Primeiro-Ministro. E eu lá falei, lá reivindiquei, com o savoir-faire necessário, as questões que preocupam não só a Guarda, mas um pouco da região

também. Eu fiz um pouco de porta-voz nessa reunião do Conselho de Ministros e, com autorização de quem de direito, divulguei publicamente as principais notas que foram faladas por mim, precisamente nesse Conselho de Ministros, nas várias áreas governativas. É claro que, se alguém andou por aí a pôr-se em bicos de pés com a expectativa A e expectativa B, só a si diz respeito. Nada mais. Portanto, eu tive muito cuidado com as palavras que dizia, por respeito pelo Governo da República, seja este, seja outro. Eu bem recordo quando o Ministro António Costa visitou a Guarda e as quatro questões que foram públicas que eu coloquei à época. Alguns já não se lembrarão, mas foi precisamente aqui ao lado que eu coloquei as questões ao Primeiro-Ministro António Costa e que as acolheu bem, devo dizer. E, portanto, é com esta responsabilidade que nós devemos atuar nestas matérias. ----- Bom, sobre as questões que falou, depois fará o favor de fazer chegar e, naturalmente, irão para os serviços verificarem as questões. Já agora, só aqui duas questões. No que diz respeito a licenças de utilização, quem conta um conto acrescenta um ponto. Ora, treze ou nove anos? Já não sei. Treze anos não é normal. Mas depois a Divisão de Planeamento saberá analisar a situação, porque nem sempre aquilo que nos dizem é linear.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “É na Freguesia dos Trinta.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E essa questão de andarmos a fazer desafetação de um solo, as coisas não são assim. Isto não é assim, porque senão daqui a pouco toda a gente pedia para desafetar a sua rua para ficar dentro da sua casa. Percebe? Eu não conheço o assunto em questão, mas a Divisão de Planeamento saberá falar sobre isso.” -----

O mesmo em relação ao bar do Parque Urbano do Rio Diz. Se há condições contratuais que foram aprovadas numa hasta pública, têm que ser executadas enquanto tal. É a lei da República. A menos que outra decisão formal, jurídica ou legal possível possa ser tomada. Mas isso, naturalmente, vai ser tudo devidamente analisado, escalpelizado.-----

Sobre a Universidade Politécnica da Guarda, o senhor António Monteiro disse: o que é que a Câmara Municipal quer fazer com estes números? Eu também deixo uma pergunta no ar: o que é que a Câmara Municipal fez, nos últimos quarenta anos ou nos últimos trinta, para o desenvolvimento da Universidade Politécnica da Guarda? Começando pelas questões financeiras. Não houve nenhum Executivo Municipal que tenha investido tanto, em matéria de ensino superior, como este. Já falarei sobre isso. É bom lembrar aquilo que fazemos com os transportes e a linha de transportes que foi alterada, dedicada para ir à Universidade Politécnica. A residência de estudantes, que são milhões de euros, que está em fase adiantada da sua conclusão. O regulamento de apoios sociais a que os próprios estudantes podem aceder. O apoio que nós já manifestámos publicamente para a criação da nova Escola Superior de Saúde. As bolsas de estudo que têm uma majoração para os alunos que estudam na Universidade Politécnica. E, por isso, estamos perfeitamente à vontade em dizer que este é o Executivo que mais investiu nos últimos trinta anos. Eu falo há trinta anos ou há trinta e dois, que é o tempo que eu cá estou na Guarda. É claro que haverá sempre outras questões para as quais se pode olhar. E, naturalmente, olharemos sempre para elas, naturalmente, com essa elevação e com a necessidade de cada vez mais acolher os estudantes, acolher os professores, assim eles queiram todos. Assim queiram. Os tempos hoje são

completamente diferentes do que eram há trinta e dois anos. Sabemos bem disso. A interação que havia naquele tempo é completamente diferente hoje em dia. Mas isso é transversal na sociedade portuguesa, não é só na Guarda que isso se passa. E, por isso, tentaremos, naturalmente, sempre olhar para essas questões e valorizar sempre aquilo que é a relação com a Universidade Politécnica e com os seus alunos e com os seus professores.-----

Sobre as questões económicas e financeiras aqui faladas, lá vamos ao cenário de Dante. Dizem que nós nunca enviamos nada. Quando enviamos, lateraliza-se isto. E aqui falo de uma forma generalizada. Então o mail que nós enviámos aos senhores a dizer que os fundos nos devem 10 milhões de euros. Só. 10 milhões de euros. É quanto os fundos comunitários nos devem, seja PRR, seja Turismo Portugal, seja a Infraestruturas de Portugal (que também ainda nos deve aqui algum dinheiro), o Centro 2030, o plano de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. Tudo isto está pago. Ora, um orçamento normal da Câmara da Guarda, serão 75 a 80 milhões de euros. Façam as contas de quanto é que representam 10 milhões de euros no orçamento da Câmara Municipal da Guarda. E quando nos devem 10 milhões de euros e nós continuamos a fazer investimento, os senhores poderão dizer qual é que é o investimento que para. E aqui desafio os senhores a dizerem. Este é um desafio que eu lanço à oposição, a saber: área de acolhimento empresarial (bom, esta já está concluída, estou a falar em PRR); os bairros comerciais digitais também já estão concluídos; a creche de Gonçalo já está concluída... Eu estou a falar dos sítios em que nos devem dinheiro. Muito dinheiro. O Radar Social, que nos devem dinheiro. O Órgão da Sé, também nos devem dinheiro. A estrutura já está pronta, senão parávamos o Órgão da Sé. Depois, a

reabilitação do Bairro 25 de Abril, que nos devem dinheiro. Na reabilitação das antigas escolas, que estão em conclusão substancial, também nos devem dinheiro. Se os senhores quiserem que paremos a obra, façam o favor de dizer que nós paramos a obra. Mas paramos mesmo. Fica em ata. O alojamento estudantil, que está na conclusão substancial, se os senhores disserem para parar a obra, eu também paro a obra. A seguir, sofremos as consequências dessas decisões, mas os senhores devem dizer se paramos ou se não paramos as obras. Mas podemos prosseguir. A Rua de São Pedro já está concluída, senão também a podíamos parar, também nos devem dinheiro. Tal como a Rede Cultural e Criativa da Guarda. Nos acessos ao terminal rododiferroviário, a Rua da Treija já está concluída, porque senão também parávamos a obra. As intervenções do Plano de Revitalização, maldita a hora que fizemos aquelas intervenções! Maldita a hora que fizemos as novas instalações da ANEPC, do CDOS! Maldita a hora em que o fizemos! Então, é 1 milhão de euros, só! Senão parávamos a obra também. Mas vamos continuar. Requalificação das ruas, Bairro Senhora dos Remédios e Bairro da Luz, também nos devem dinheiro dessa requalificação. A escada, já não vamos a tempo. A escada acho que também já está pronta e era o que faltava fazer. O campo do Carapito de São Salvador, devem-nos dinheiro. O pavilhão do Vale do Mondego, devem-nos muito dinheiro. Paramos a obra? Se os senhores disserem que é para parar a obra do pavilhão desportivo do Centro Escolar do Vale do Mondego, ainda ontem lá estive, paramos a obra. Mas vamos continuar. Casal de Cinza, já acabámos a obra. Também nos devem muito dinheiro, centenas de milhares de euros dessa obra e que ainda não recebemos nada. Senão parávamos. Pavilhão da Escola de Maçainhas, paramos a obra? Se é para parar, paramos. Também nos

devem dinheiro. Campo do Zambito, as bancadas, se for para parar, também paramos. Também nos devem muito dinheiro. Depois, a Avenida Cidade de Bejar. Já terminámos essa obra, senhora Arquiteta? Senão parávamos. A envolvente às bombas, desculpem a publicidade, da Galp, na Póvoa do Mileu, que ainda não nos pagaram e já inaugurámos a obra há mais de um ano. Há mais de um ano, há bem mais de um ano! Há um ano e meio, para aí, que inaugurámos essa obra. Ainda não recebemos o dinheiro. O estacionamento da Rua Virgílio Ferreira e não só, aquela obra que está a ser feita ali na Rua Virgílio Ferreira, a obra está quase pronta, ainda não recebemos um cêntimo. Também a podemos parar. Bom, e a descarbonização dos transportes públicos? Os autocarros já cá estão e os carregadores já estão prontos. Senão parávamos isso tudo, devolvíamos os autocarros e cancelávamos os carregadores. Agora, cabe aos senhores dizer, e peço que me digam, se paramos estas intervenções ou se não as paramos e seguimos em frente. Mas quando os senhores dizem que não há investimento público - é só este que está aqui, onde nos devem 10 milhões de euros. E vejam só, ainda não falei na variante da “Ti Jaquina” e outras intervenções que, entretanto, estão a concluir dos incêndios de 2022, das intempéries de 2022/2023. Um destes dias vamos inaugurar, vamos lá colocar umas placas. Umas placas a dizer, para que conste para todo o sempre, que na era do Sérgio Costa foi inaugurada aqui a obra. Mas muito mais importante que o Sérgio Costa, é a obra que está a ser feita também nas nossas freguesias, e os milhões de euros que nós estamos a investir nessas intervenções, nesses cerca de 100 quilómetros de pavimentos, nesses cerca de 30 quilómetros de condutas de água. De saneamento será 1 ou 2 quilómetros, ou mais. É um bocadito mais. Se os senhores disserem que isso é para parar, paramos. Paramos tudo. Paramos em

Gonçalo, paramos em Santana da Azinha, paramos no Vale do Mondego, paramos no Vale do Massueime. E algumas intervenções em edifícios municipais que ainda estão a decorrer. Paramos isto tudo, se os senhores disserem. Quando os senhores dizem que não há investimento público, os senhores deviam olhar a isto, para não andarem sempre só a dizer *soundbites* e depois dizerem que, aqui d’el-rei, está tudo mal. Nem tudo vale na dialética política, desculpem que vos diga. Nunca foi feito tanto investimento em tão pouco tempo na Câmara Municipal da Guarda. E eu sei do que estou a falar, porque sei bem aquilo que foram os orçamentos ao longo destas décadas. E o endividamento municipal, é claro que sim! Então e o prazo médio de pagamentos? Pois, infelizmente, aumenta. Queremos arrepiar caminho? Queremos arrepiar caminho? Paguem-nos lá os 10 milhões de euros para pagarmos as contas todas. É na hora que pagamos tudo. Correto, Dra. Teresa? Assim recebamos os 10 milhões de euros que aqui estão, para pagar tudo. Porque, senão, sem ovos não se fazem omeletes. Lá vem o bicho-papão dos custos do pessoal. Sabem qual é que é o significado? Claro que eu também fiquei... quando vi o relatório: de onde é que vêm os custos do pessoal? Pois é. Olhe, uma parte vem da alteração obrigatória de posicionamento remuneratório, o regime especial de desenvolvimento de carreiras, o acelerador das carreiras. A outra parte vem da atualização salarial de 2026. E outra parte vem da alteração de posicionamento remuneratório na categoria de assistente operacional por antiguidade. Sabem quanto é que vem aqui do aumento do número do pessoal? Zero. 720 mil euros. Paramos com isto? Vamos cometer umas ilegalidades? Se os senhores disserem que é para fazer, eu não faço, porque aí não vou violar a lei. Mas só para termos bem a noção do porquê. Eu bem avisei que as contas se iam degradar. Eu bem

avisei. Ando há um ano a avisar. No final do ano passado, comecei a avisar. Porque tivemos que fazer os investimentos nas freguesias, no mundo rural. Olhe, a Quinta dos Coviais: nunca ninguém reivindicou o pavimento para a Quinta dos Coviais, a não ser os próprios moradores. Mas nós fizemo-lo e até fizemos uma conduta de água. Gente que ia para casa num caminho de terra. Não era de terra, era enlameado. Então e o caminho do Torrão, parte da freguesia da Guarda, outra parte de Vale de Estrela? E o caminho para o Alvendre, a partir do Carapito de São Salvador? Só para falar aqui na freguesia urbana. E tantas outras coisas que nós por aí fizemos, que nunca ninguém reivindicou, a não ser os próprios moradores. Mas é justo dizê-lo: essas pessoas têm o direito, como as outras, de ter essas infraestruturas, de poder ter este investimento. Claro que a dívida aumenta. Claro que aumenta. Então, se nós acabamos de contratualizar empréstimos e já executámos um na sua plenitude no semestre passado... Já agora, isto não é um relatório e contas, é um relatório intercalar de seis meses. E só vem agora porque só em setembro é que ele nos chegou às mãos. Correto, Dra. Teresa Fernandes? Em setembro é que ele foi entregue pelo ROC. Primeiro, eu quero analisar o relatório e, depois, quero estar na reunião de Câmara para apresentar aos senhores. Como sabem, na última reunião de Câmara, eu não estava na reunião de Câmara. Dos investimentos PRR, o mais atrasado é o da habitação, na Guarda e no país todo e por isso parte deles já transitaram para o novo modelo de financiamento, que aguardamos que seja definido em definitivo - qual é que é, efetivamente, o novo modelo de financiamento da habitação, seja para as candidaturas que transitaram do PRR, seja para as novas que venham a ser aprovadas. -----

Sobre as Águas do Vale do Tejo, senhor Vereador, vamos na quinta ronda negocial. Dura, muito dura. Não me dá prazer nenhum lá estar, acredite. Porque temos que inventar muito, inventar no bom sentido, para resolver um problema com dezoito anos. Desde 2008 que decorre este litígio. Não sabemos ainda o que é que vai acontecer, mas há ações de execução a caírem na região. E por isso vamos ver se e quando isto se consegue resolver. Um problema que, aqui na Câmara da Guarda, atravessou todos os partidos políticos do arco da governação. Começou com o Partido Socialista, mas isto não foi um problema criado pelo Partido Socialista, foi o sistema que criou. Por acaso estava aqui o Partido Socialista e noutros lados estava o PSD e o problema foi o mesmo. Isto é um problema do sistema, um sistema desequilibrado, sabemos todos a história disso. E, por isso, vamos ver quando é que isto se consegue resolver. Mas claro que não se pode resolver a todo o custo. É com cabeça, com tronco e com membros. -----

O arrefecimento, paralisia do investimento público: acabei de o contrariar, senhor Vereador, naquilo que o senhor acabou de referenciar. -----

O aumento da carga de impostos: então, nós mantivemos as taxas todas, até baixámos o IRS e aumentámos a carga de impostos? Até baixámos o IRS, no ano passado. Então, onde é que nós ficamos? E se, afinal de contas, mantemos os impostos, até baixamos uma das taxas e aumentamos ligeiramente a receita de impostos, bom, então quer dizer que a economia privada está a mexer. É ao contrário, desculpe que lhe diga, daquilo que o senhor acabou de referenciar. -----

Depois, sobre a questão que aqui foi referenciada da Freguesia da Guarda. Senhor Vereador, há regras que a Freguesia da Guarda e as restantes quarenta e duas freguesias têm que cumprir. Se as outras cumprem, a Guarda também tem que

cumprir, até porque foi enviado logo no início. No início, à cabeça. E, já agora, dizer que é a regra que perdura há treze anos nesta casa, do tempo em que o senhor era Presidente de Junta de Freguesia, que bem sabe quais é que eram as regras. A Freguesia da Guarda, há dois anos (o ano passado ainda era a sua governação, nesta altura ainda era a sua governação, estava no fim, ainda não tinha tomado posse) levou onze pessoas. Há dois anos levou onze pessoas, há 3 anos levou onze pessoas e, há quatro anos, sensivelmente a mesma coisa. Seis, ainda menos. Porquê? Porque nas freguesias onde há IPSS e onde há associações de bairro, limita-se o número às freguesias e dá-se a primazia às IPSS e às associações de bairro, que é onde as pessoas estão inscritas. Agora, de repente, mandar um número para o ar e depois vir querer fazer política pública, rasca, de baixo nível, para as redes sociais... quem o quiser fazer, que o faça sozinho. Não contem connosco para seguir por esse caminho. Há regras que todos estão obrigados a seguir. Já agora, dizer que só da Freguesia da Guarda, não é da Junta de Freguesia, é da freguesia em si, estavam cerca de quatrocentos idosos no almoço. E não se inscreveram na Câmara Municipal, pois não, senhora Chefe de Divisão? Foi nas IPSS e foi nas associações de bairro, tal como sempre foi feito. E sempre resultou. Aqui d'el-rei que, agora, este ano... Não, as regras são exatamente as mesmas. -----

Senhor Vereador, sobre a questão da técnica Gisela Valente, eu já falei na última Assembleia Municipal e, portanto, nada mais tenho a referenciar, a não ser que a técnica em causa já recebeu uma resposta, em tempos, por causa das despesas, que foi negativa. E agora achou por bem voltar à carga, pedir novamente com mais argumentos. Sim, senhor, foi para o jurídico analisar. Ponto final, parágrafo. Não é mais nem é menos do que qualquer outro funcionário desta casa. Mas, já agora,

dizer-lhe, que quando estão em causa conflitos latentes entre dois funcionários da casa, ou mais, o processo é tratado externamente, para proteger o processo e para proteger as pessoas. Connosco é assim que as coisas são feitas, para que não seja chamuscado por ninguém e seja feito com toda a lisura, com toda a transparência e com todo o recato com que estes processos têm que ser tratados. -----

Sobre a casa do Valcovo, já falámos muito sobre isso. Senhora Chefe de Divisão, terminámos agora de recuperar três casas com o projeto Just a Change. Investimos quanto? 30 mil euros, sensivelmente? Acabámos três. Agora vamos começar a preparar as outras três. Seja no Valcovo, seja nas Avelãs da Ribeira, seja em Famalicão da Serra, seja na Benespera, na Carvalha, onde recuperámos, seja em Vila Franca do Deão. De repente, aqui o foco é só para um porque é ali que nós vamos fazer política. Parem com a porcaria da política nas questões sociais! Parem com isso, pelo amor de Deus! Parem! Porque os senhores andam a identificar uma pessoa que tem problemas sociais e, se calhar, mentais, e os senhores aqui nunca nos viram a falar no nome das pessoas a quem estão a ser reabilitadas essas casas. Nunca! Até nas redes sociais tivemos o cuidado de não mostrar as pessoas. Nunca, jamais isso deve ser feito. Mas cada um é como cada qual.-----

Carta da CERCIG. O senhor Vereador António Monteirinho disse há pouco uma expressão que tem toda a razão no que diz, só nessa parte. A Câmara da Guarda não pode continuar a contratar quando tem recursos humanos internos. A Câmara da Guarda, neste momento, está devidamente apetrechada para assumir essas competências. Uma por uma. Se contratou, não pode estar agora a gastar 200 mil euros por ano - é do que estamos a falar, 200 mil euros por ano - com uma externalização que pode fazer internamente. E, por isso, passo a passo, protocolo a

protocolo, as coisas vão ter que ser internalizadas na esfera do município. Isto foi mais um processo atabalhado de delegação de competências. A Segurança Social, o Estado, pegou nas competências: “Ó câmaras, tomem lá!” Esqueceu-se de acautelar a questão dos trabalhadores. Pois é, mas não é à Câmara da Guarda que isso deve ser assacado. E nós até já o podíamos ter feito há mais tempo. Temos os recursos humanos agora e, portanto, nós temos que zelar pelas funções de gestores públicos que somos, com toda a frontalidade que deve estar subjacente a estes cargos. Já agora, senhor Vereador, esta questão da delegação de competências no agrupamento de escolas não tem nada a ver uma coisa com a outra. Foi uma gestão operacional de trabalhadores. Gestão operacional, nada mais. Não tem nada a ver com gestão financeira. Gestão, correto, senhora Vereadora? Gestão operacional dos trabalhadores não docentes, para que as coisas funcionem melhor e não aconteça aquilo que aconteceu na penúltima reunião de Câmara, com os processos disciplinares que nós aqui tivemos que votar por coisas que não fazem sentido absolutamente nenhum. -----

Depois, quanto às demais questões, estou só aqui a fazer uma revisão, desculpem, a alguma coisa que não tenha dito. Sobre as questões da mobilidade, senhor Vereador, alguma questão a acrescentar? Até porque estamos a preparar o novo concurso público e este é um problema que já se verifica na Guarda há muitos anos. Não é nos últimos cinco anos, é há muitos anos.” -----

- **Rui Melo, Vereador:** “Dizer que, de facto, essa necessidade e essa compatibilização com os horários da CP já nos tinha sido transmitida e está assegurada na nova concessão. Acontece, porém, que os horários da CP têm uma particularidade, é que só são horários no papel. Sabe perfeitamente que não há

nenhum comboio da CP que chegue a horas à cidade da Guarda e, portanto, considerar aqui 23h50, 22h44, é um exercício meramente teórico, porque, na prática, nenhum deles chega a esta hora. E, portanto, obviamente, a cidade é uma cidade com 25 mil habitantes. Não pode ter transportes de cinco em cinco ou de dez em dez minutos, como temos no metro de Lisboa. Temos de acautelar um serviço abrangente, que dê resposta à maioria das pessoas, e, de facto, é nisso que estamos a trabalhar na nova concessão. Há um autocarro que está previsto passar e que consegue dar resposta ao comboio das 22h44, que normalmente chega por volta das 23h15, mas não está prevista nenhuma linha a servir este das 23h50, porque já é muito para além do horário que temos previsto na concessão. De qualquer maneira, dar-lhe nota de que a nova concessão está a ser trabalhada com auscultação dos horários mais necessitados pelas pessoas. Houve um inquérito feito à população. Tudo isso está a ser trabalhado com um alargamento da oferta muito significativo, não só em termos de horários, mas também em termos de qualidade de serviço...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E de custos, já agora.” -----

- **Rui Melo, Vereador:** “E de custos, sim, porque tudo isto depois representa custos. Colocarmos um autocarro que depois acaba por transportar duas pessoas acaba por ser, às vezes, uma solução que, do ponto de vista económico, tem de ser avaliada e rentabilizada.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem. Sobre a questão da Associação Mãos na Terra, aguardo uma informação dos serviços, porque eu próprio fiz um despacho interno sobre isso. Eu vou verificar se já é possível aceder a esses contratos ou não, tudo aquilo que estava subjacente e os relatórios que existiam em formato digital.

Não os relatórios de adjudicação, mas os relatórios de serviço. E, assim que possível, nós falaremos sobre isso. Entrando no período da ordem do dia...” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, deixe-me só dizer uma coisa muito brevemente. Talvez não tenha percebido muito bem aquilo que eu disse. Eu não fui convidado. Eu estava a fazer aqui um bocadinho de ironia, que a carta tinha chegado no dia a seguir. Porquê? Porque eu acho que é... Não sei como classificar essa atitude, uma vez que as associações são convidadas e aqueles que foram eleitos, independentemente de terem ganho ou de terem perdido, não são convidados. É uma prática de há treze anos. Pronto, mantemos a prática de há treze anos e continuamos assim. -----

Segunda questão, senhor Presidente. A minha intervenção sobre as contas e a prestação e demonstração de resultados foi única e exclusivamente em função daquilo que são os documentos que me chegaram. Eu tive a honestidade intelectual de dizer que o dinheiro que o Estado ainda não atribuiu ou ainda não entregou à Câmara, evidentemente que alteraria substancialmente estas contas. Tive essa honestidade intelectual. Eu sei disso. Agora, isso compete ao senhor Presidente argumentar, eu limitei-me a olhar para os números que estão à minha frente. E os números que estão à minha frente, sem esses 10 milhões de euros, são aquilo que eu acabei de refletir. Com esses 10 milhões de euros seriam diferentes, evidentemente. Obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Absolutamente. Muito obrigado.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Bom, então posso concluir, para terminar o dossiê do idoso, que realmente a Freguesia da Guarda teria querido inscrever cerca de... não sei quantas pessoas vêm lá nessa mensagem, mas teria algumas dezenas e,

portanto, não foram consideradas porque excedeu o número que a Câmara Municipal atribuiu à Junta de Freguesia. Posso concluir isso das suas palavras e, sem precisar de grandes cenas teatrais, como acabou de fazer, dizer-lhe o seguinte em relação às contas...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, não brinque com coisas sérias, se fizer o favor.”-----

- **João Prata, Vereador:** “Não, o senhor é que atirou os óculos para a mesa e gesticulou... Não fui eu.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não brinque com coisas sérias... Ainda para mais o senhor agora tem responsabilidades enquanto gestor público, não brinque com coisas sérias porque lhe pode cair em cima um dia destes. Tenha cuidado.”-----

- **João Prata, Vereador:** “As novelas são mais à noite, não são para aqui chamadas e vê quem gosta. Mas, de qualquer maneira, senhor Presidente, dizer-lhe o seguinte: eu li com atenção as notícias que vieram na comunicação social sobre os pedidos que o senhor Presidente fez ao Governo, e fez muito bem. Quero-lhe dizer que está muito bem naqueles pedidos que fez. Mas não vejo aqui nada exatamente sobre, vamos falar assim, não será o mais justo, mas as dívidas que os fundos comunitários, que dependem dos ministérios, têm com a Câmara da Guarda. Vi aqui o Hospital, a segunda fase; a área de localização empresarial e fico satisfeito com todos os pedidos que o senhor fez. Estamos totalmente de acordo com eles. Agora, não vejo aqui exatamente essa sua preocupação com o Governo. Ou, pelo menos, não vejo espelhada na comunicação social essa sua preocupação, dizendo ao Governo que tem contas menos boas no primeiro semestre. Volto a dizer, no primeiro semestre de 2026, porque não são boas as contas de 2026 no

primeiro semestre. E nós sabemos que o ano ainda são mais três ou quatro meses. Mas não me parece totalmente justificável que venha aqui dizer que, como lhe devem cerca de 10 milhões - 9 milhões e 600 mil - apresenta contas menos boas. Porque também não é menos verdade, com a sua experiência, ao longo desses anos, e com aquilo que a população vai sabendo e vamos ouvindo, os fundos não costumam drenar tão rapidamente quanto deveriam realmente, seja para as câmaras, seja para outras entidades de cariz até privado. E um pouco na sequência do que referi, sabemos bem que os fundos comunitários não andam tão depressa, parece-me que há aqui também um problema de gestão. Não é apenas e só atribuir, volto a dizer, não é só atribuir responsabilidade, nem invocar Dante, nem o Petrarca, nem outros tantos, mas dizer, senhor Presidente, que não nos convenceu com essa sua justificação, ainda que tenha razão que os prazos já estão a ir longe demais. Não reparei nisso, naquilo que saiu na comunicação social sobre o que pediu ao Governo. E volto a dizer, fez muito bem naquilo que pediu, e ainda bem que o Governo deixou cá 1 milhão de euros para a APAL e 200 milhões para concluir as obras do PRR. Não é só para a Guarda, mas que estejam concluídas até 2027. Foi uma boa decisão do Governo. Tal como foi uma boa decisão, obviamente, vir aqui fazer reunião. Mas dizer, senhor Presidente, que, apesar do carácter da sua intervenção ser claramente politiqueira e bastante populista, eu dir-lhe-ia que, ao nível das contas, espero que, sinceramente, em 31 de dezembro, possa estar muito melhor e a contar com aquilo que tem. Quando refere que os fundos não lhe pagam, também podia ter mencionado que o Governo reforçou a transferência de verbas para os municípios, como reforçou para as freguesias, como volta a reforçar para o ano e ainda não chega. Estamos de acordo com a necessária

alteração da Lei das Finanças Locais, estamos de acordo com o Estatuto do Eleito Local, mas as contas que apresentou não são críveis de merecer uma boa aprovação, como o senhor se estivesse no nosso lugar, não o faria, ou em qualquer outro lugar também não o faria, porque, realmente, os números que deviam estar a subir estão a descer. E não se justifica apenas com a lógica de que faltam aqui 9 milhões e meio de euros. Já agora, eu gostaria de... Eu percebo, não tem de o fazer, portanto, se quiser fazer, faça, se não quiser, não faça, mas deixo a sugestão, como o fez nas contas de 2025, em dezembro, admito que também o fará em dezembro de 2026, em que explicou “tintim por tintim”, passo a expressão menos correta, mas explicou pormenorizadamente as candidaturas que tinham feito aos diversos programas, ao Centro 2030, ao Interreg e a outros programas que aqui estão, ao PRR, e foi dito o que foi candidatado, o que é que foi aprovado e o que é que recebeu no ano em curso, naquele ano de 2025. Na próxima vez, a título apenas de sugestão, e se assim entender, nas contas semestrais também não ficava mal essa mesma informação. Mas dizer que nós, desculpe a expressão, não compramos essa versão dos 9 milhões e meio de euros serem os responsáveis por esta gestão que aqui nos apresentou no final do primeiro semestre. Ainda que compreendendo, não justifica. Porquê? Porque, se o ano passado já se passava a mesma coisa, provavelmente nos seus anteriores mandatos também acontecia exatamente isso, é crível que haja uma antecipação deste quadro. Se o senhor Presidente diz “já era assim antes”, e nós ouvimos na comunicação social que já era assim antes, então faz todo o sentido que haja um certo acautelar desta circunstância e não andemos assim para a frente. E depois temos aqui estes números que, obviamente, não

abonam a ninguém, especialmente aos nossos fornecedores e aos nossos investidores na nossa terra.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Só dizer duas coisas. Primeiro, registar que o senhor continua a não dizer, a não elogiar o Conselho de Ministros que foi feito aqui na Guarda. O segundo, dizer que o senhor, para si, 10 milhões de euros é pouca coisa. E já agora dizer-lhe que não se passou em outros mandatos porque não havia esta capacidade de investimento. Muito obrigado.” -----

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

- Informação sobre a situação Económica e Financeira do Município da Guarda.---
- Certidão Permanente da Empresa Biometano Cosmos, Unipessoal, Lda. -----
- Despacho n. °132/PCM/2026 – Distribuição de Funções e Delegação e Subdelegação de Competências nos Vereadores.-----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – AQUISIÇÃO DE UM PRÉDIO URBANO LOCALIZADO NO LARGO PAÇO DO BIU-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 242/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

- O Município da Guarda pretende adquirir um prédio urbano, constituído por terreno para construção com as benfeitorias nele existentes, sito no Largo Paço do Bui, na Guarda, integrado no centro histórico. A localização privilegiada do imóvel, aliada ao reconhecido interesse municipal que o mesmo reveste, fundamenta a oportunidade e o interesse na sua aquisição, por se revelar adequado

e suscetível de contribuir para a prossecução das atribuições e competências legalmente atribuídas ao Município;-----

- A aquisição do referido imóvel reveste-se de interesse municipal, tendo em vista a instalação de serviços públicos do Município e outros, assim como um Centro Artístico de Exposições; -----

- Que o Município tem vindo a ser contactado por empresas já instaladas no Espaço Tecnológico do Centro Histórico solicitando novos espaços potenciando a criação de postos de trabalho;-----

- O referido prédio, encontra-se inscrito na matriz predial urbana da freguesia da Guarda, sob o artigo matricial n.º P8658, que integra atualmente o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o número 3002, da freguesia da Guarda (São Vicente), devidamente assinalado na planta anexa, com os n.ºs 2 e 3; -

- O prédio acima identificado, foi objeto de avaliação por um Perito Avaliador, externo ao Município, devidamente habilitado para o efeito, tendo-lhe sido atribuído o valor de 672.000,00€ (seiscentos e setenta e dois mil euros), no estado em que se encontra à data da avaliação;-----

- Na sequência dos diversos contactos estabelecidos entre o proprietário, IMZ - Investimentos Imobiliários Lda., e o Município, foi alcançado acordo quanto ao preço de aquisição do referido imóvel, no montante global de 630.000,00€ (seiscentos e trinta mil euros), a liquidar em prestações, pelo período de 48 meses;

- O encargo financeiro decorrente da aquisição reporta-se por um período de 48 meses, configurando-se um encargo plurianual, a liquidar nos anos de 2027, 2028, 2029 e 2030. Neste sentido, o investimento será enquadrado no Orçamento do ano de 2027 e nos anos seguintes; -----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que o Órgão Executivo, ao abrigo da alínea g), do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, delibere:-----

1. Autorizar a aquisição do prédio urbano sito no Largo Paço do Biu na Guarda, constituído por terreno para construção com as benfeitorias nele existentes, que integra atualmente o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o n.º 3002 da freguesia da Guarda (S. Vicente) e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º P8658 da freguesia e concelho da Guarda;-----

2. Aprovar a aquisição do referido prédio, pelo valor de 630.000,00€ (seiscentos e trinta mil euros), mediante a celebração de Contrato de Promessa de Compra e Venda e, posteriormente, a outorga da Escritura Pública de Aquisição;-----

3. Aprovar o pagamento do valor de aquisição, no montante de 630.000,00€ (seiscentos e trinta mil euros), em 48 (quarenta e oito), prestações mensais consecutivas no valor de 13.125,00€ (treze mil cento e vinte e cinco euros). -----

• A primeira prestação, a ser paga aquando da assinatura do Contrato de Promessa de Compra; -----

• As restantes prestações deverão ser liquidadas até ao último dia útil de cada mês.

4. Determinar que ao Contrato Promessa de Compra e Venda seja atribuída eficácia real, nos termos do disposto no n.º 1, artigo 413.º, do Código Civil, ficando o Município na posse do prédio; -----

5. Delegar, no Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, competência para outorga do Contrato de Promessa de Compra e Venda, da Escritura Pública de Aquisição e praticar todos os atos necessários para o efeito.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma questão, senhores Vereadores?” -----
- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, há aqui uma dúvida. Eu não consegui encontrar a caderneta predial destes dois artigos ou, pelo menos, destes dois lotes. Isto não estaria tudo englobado na mesma propriedade? Da anterior?” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “A informação que temos é que chegou a estar, mas estão divididos e aguardamos precisamente que nos façam chegar todos esses documentos, porque, sem esses documentos, nada disso pode ser feito.” -----
- **António Monteiro, Vereador:** “Pois, porque a certidão permanente, como sabe, caducou em 2026, a 16/09/2026. Não tem caderneta predial e, assim sendo, senhor Presidente, não pode contar com o PS. Ou se retira o documento e, quando chegarem esses documentos, então fazemos essa justiça...” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aquilo que eu posso referenciar, nós não retiramos o ponto e, assim que chegar, nós enviaremos, naturalmente, assim que nos for entregue a atualização do documento. Tal como fizemos, olhe, ainda agora com essa questão do biometano. Finalmente veio a certidão do biometano, dois meses, três meses. E foi entregue. Portanto, aqui é exatamente da mesma forma. Assim que vier, teremos o cuidado de vos fazer chegar isso.” -----
- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, só que aqui há uma diferença em relação àquilo que acabou de dar como comparação, é que aqui estamos a falar em dinheiro a gastar...” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Claro.” -----
- **António Monteiro, Vereador:** “Investimento.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Claro. Senhor Vereador...” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Deixe-me só... Eu, muito sinceramente, isto foi abordado e discutido no Partido Socialista. Há aqui uma dúvida para nós que é insanável, que é: repare bem, nós estamos a falar em responsabilidades partilhadas.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, sim.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Uma votação favorável e, depois, se não aparecerem esses documentos... é que nós estamos a falar em investimento...” ----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu percebo, deixe-me só dizer uma coisa...” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Eu tenho que me salvaguardar.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Claro que sim. Eu percebo o que está a dizer. Mas, olhe, nenhum notário faz qualquer escritura sem esses documentos estarem em condições. Nenhum notário o faz.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Então, mas se tivéssemos esses dois documentos, estávamos a falar numa situação totalmente diferente, não é?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Pergunto eu... Deixe-me só fazer uma questão. Nós não colocámos no processo a certidão negativa, o documento... Como é que se chama aquilo do IMI? Isso não consta do processo?”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Do IMI consta, mas a certidão negativa...”--

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu não sei se o termo é a certidão negativa...” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Certidão negativa significa que não existe ónus sobre a propriedade.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ok, muito bem. E o documento do IMI, a entrada do IMI, que os notários chamam...? Eu não sei o nome correto disso. Que comprova precisamente que os prédios estão separados, ainda que seja um documento

provisório... Sim, mas existe esse documento, que é um documento provisório, do IMI. (...) Mas esse documento consta. Portanto, o compromisso que nós assumimos é que em seguida enviamos esse documento, que é um documento provisório, porque, senão, não podíamos estar aqui a falar disto. Tão simples quanto isto. Senhor Vereador? Então, façam o favor.” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Ora, relativamente a este assunto, senhor Presidente, vai-me desculpar, eu vou seguir mais ou menos aqui a minha linha de pensamento, porque isto é um processo um bocadinho complexo e gostava também que me seguissem nesta minha análise, para ver se chegamos aqui a alguma conclusão, porque, de facto, há aqui coisas que me parecem complicadas, que não estão bem explicadas... Há aqui falta de documentos, há aqui falta de algumas questões que acho que nos podem levar, exatamente na linha daquilo que disse o senhor Vereador António Monteiro, a ficar um bocadinho preocupados na questão da nossa votação aqui, porque, obviamente, implica responsabilidades de quem vota. -----

Quando vi a proposta, senhor Presidente, confesso que fiquei um bocadinho perplexa, porque diz: o Município da Guarda pretende adquirir um terreno para construção com as benfeitorias nele existentes, inscrito na matriz predial urbana, tal e tal, da Freguesia da Guarda, sob o número tal, um provisório, um P8658, que integra o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Guarda. É o número 3002 da freguesia. Portanto, o registo da conservatória é o 3002, assinalado na planta anexa com os números 2 e 3. Planta anexa esta que tem o 2 e não tem o 3. Tem o 1 e o 2: o 1 (aquele edifício sobre o qual deliberámos há quinze dias ou três semanas) e depois tem a parcela 2. O 3 não está, não sabemos o que é. O artigo

matricial, o tal P8658, é um provisório, que é resultante do pedido apresentado à Autoridade Tributária no tal modelo 1 do IMI que o senhor Presidente estava a referir...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas está aí no processo...”-----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Neste. No anterior, não, senhor Presidente. Para inscrição de um terreno, um terreno de construção de 931 metros quadrados, e que está pedido para ser registado como prédio novo. É essa a designação que se utiliza. Ora, no pedido apresentado pelo proprietário, obviamente, à Autoridade Tributária - e atenção que este pedido foi feito dia 7 de setembro, portanto, no início deste mês -, solicita-se uma alteração da matriz. Ponto. Até aqui estamos. Há um ponto prévio que é importante, que o senhor Vereador António Monteiro referiu, que é assim: o artigo matricial, o tal inicial, o 7158, que corresponde à inscrição na conservatória com o 3002, corresponde à totalidade do edificado, como bem sabe, e ao terreno envolvente, aos tais 1493 metros quadrados e uma área de implantação de 563. Eu acho que é importante para a análise desta proposta, apesar da outra proposta anterior, da compra do outro edifício, já ter sido deliberada, aprovada por maioria, como sabe, com os votos contra do PSD, visava a compra do artigo matricial, o tal P8657, portanto, um número anterior a este, correspondente ao tal edifício para habitação sito no largo do Paço do Biu. Este P8657 não estava nos documentos da outra proposta, só estava a matriz predial inicial, o 7158. Portanto, não sabemos efetivamente, este P, que não é um P, é um provisório. Este P é um pedido, é um modelo 1 a que é atribuído o nome P. É um modelo 1, que é um pedido que é feito à Autoridade Tributária. É um pedido! Não é mais nada do que um pedido. O valor que serve de base à negociação e à proposta

que aqui nos é apresentada, resulta de uma avaliação feita por um perito avaliador, a pedido do município, em outubro de 2023. Importa realçar o quê, nesta avaliação, se me permitem? Eu peço desculpa, eu vou demorar um bocadinho, mas há aqui várias questões que eu gostaria de ver clarificadas, porque isto me faz bastante confusão. -----

A avaliação foi feita com base na realidade refletida na caderneta 7158, que corresponde ao tal registo 3002. Portanto, é a totalidade daquele prédio todo, daquilo que ali temos. A caderneta predial 7158 descreve o prédio, como poderão ver no processo, com uma área de terreno de 1494 metros quadrados, sendo a área de implantação do edifício 563, e designa-se como propriedade total, sem andares nem suscetível de utilização independente, com afetação à habitação, com três pisos e quarenta e cinco divisões. Tudo bem. A avaliação, a tal avaliação que foi feita pelo perito avaliador em 2023, refere dois imóveis em propriedade horizontal, um edifício de habitação e um de comércio, ambos em obras e, estou a citar, “paradas há mais de dez anos”. É o que diz lá no ponto 4 da avaliação. O edifício de habitação, vinte e quatro T1s divididos em três pisos e, cito, “precisa de obras significativas de reconversão e finalização”. Foi avaliado em 1 milhão 643 mil euros, na tal avaliação de 2023, como sabe. O edifício do comércio, seis lojas num piso, cito, “está em conclusão” - é isso que lá diz - avaliado em 362 mil euros. Ora, estes são os dois edifícios que constam daquela avaliação de 2023. Posteriormente, e eu fiz esta pergunta na outra reunião quando se deliberou a outra proposta, em e-mail remetido ao município no dia 4 de setembro último, o avaliador vem discriminar a avaliação em três edifícios, surgindo agora um anexo que não consta sequer descrito na avaliação inicial. E então o avaliador faz esta divisão, que serviu

de base, portanto, à anterior proposta e a esta: edifício antigo, 1 milhão 333 mil euros; edifício anexo, 310 mil euros; comércio e serviço, 362 mil euros. Isto dá o total de 2 milhões e 5 mil euros que consta da avaliação. Pergunto: o que é o edifício anexo? Por que razão não estava evidenciado e contabilizado em separado na avaliação de 2023? Outro ponto, a avaliação, a tal de 2023, não menciona qualquer terreno para construção nem, cito, “benfeitorias nele existentes”. Portanto, a Câmara pretende agora adquirir este terreno para construção, ignorando o imóvel de comércio referido na avaliação, conhecido como o envidraçado, como todos sabemos. Por que razão não é referido este edifício? Ele está lá, certo? Não é virtual. O edifício está lá, o envidraçado está lá e foi inclusive avaliado pelo perito avaliador, que lhe atribuiu o valor de 362 mil euros. E o anexo, onde está? Se fazia parte do edifício antigo, por que está agora a ser separado dele na segunda proposta? Porque este edifício anexo, senhor Presidente, já fazia parte do outro edifício. Estava lá, fazia parte da matriz. Eu destaco só aqui algumas dúvidas e incongruências que preciso de explicação. O valor imputado ao terreno para construção, é este que serve de base à negociação que aqui nos é apresentada, os tais 672 mil euros, resulta da soma dos valores do edifício de comércio, que são os 362 mil euros, e do edifício anexo, que não consta nem nunca foi identificado na avaliação como tal, surgindo apenas no tal e-mail de 4 de setembro, com o valor de 310 mil euros. O que é que a Câmara vai comprar, senhor Presidente? O terreno? O envidraçado? Isto é importante porque, o valor que nós estamos a assumir, o valor dos 362 mil euros do comércio, é de um edifício de comércio para seis lojas, num piso, num edifício em conclusão, que, como lá diz na avaliação, tem estrutura metálica, longos vãos envidraçados e cobertura em chapa sanduíche. Não entendo

por que é que se chama àquele edifício uma benfeitoria. Não percebo, quando, na realidade, é um edifício que está implantado naquele terreno, conforme consta da avaliação do perito. Ele não existe? Não está registado? Pergunto. Não percebo como é que um edifício que foi avaliado por um avaliador enquanto tal, passa a ser considerado uma benfeitoria. Não percebo. Mas se efetivamente, senhor Presidente, houver ali um problema de registos ou de processos legais por resolver, o valor atribuído nunca pode ser este, o senhor Presidente sabe. O valor base da venda deveria ter sido, então, fortemente depreciado, certo? Por esta situação, precisamente porque há custos envolvidos e há processos complexos a legalizar. Se efetivamente foi isto, - não sei se foi, estou a colocar uma questão-, mas se efetivamente foi, este não pode ser o valor atribuído àquele edifício ou ao terreno, porque eu não sei se é o terreno, se é o edifício que estamos a comprar. Na avaliação consta apenas um edifício de habitação e outro de comércio. O que é que contempla o anexo? Qual é a área? É construção, não é construção? Daquilo que podemos ver por fora, só vemos uma pala quadrada, construída quase em cima do pano de muralha, como sabe. Como é que o avaliador lhe atribui um valor de 310 mil euros? Se nós consultarmos o documento de avaliação e as plantas com atenção, e eu acho que isto é particularmente relevante, percebemos que naquele quadrado/pala estão contemplados quatro T1, dos vinte e quatro previstos no edifício de habitação. Ou seja, o edifício de habitação tem vinte, ali aquela pala tem quatro, avaliados em 312 mil 596 euros, na seguinte discriminação: 76 mil euros para os T1 de trinta e três metros quadrados e 78 mil euros para os T1 de trinta e cinco metros quadrados. Ora, ao contrário dos T1 do edifício de habitação, estes quatro T1 não existem, não estão lá, senhor Presidente. Aquilo só tem uma pala!

Como pode uma pala, construída em cima de uma muralha, ser avaliada em 310 mil euros? Isto é particularmente importante, refiro, porque o valor atribuído ao terreno para construção que estamos aqui a deliberar é constituído por estas duas parcelas: 310 mil da pala e 362 mil do comércio. Aqui chegados, senhor Presidente, e permita-me este parêntese, parece-me que se começa a perceber por que é que aquele edifício nunca foi vendido. Qualquer privado pensaria duas vezes antes de comprar aquilo. A venda à Câmara pode simplificar o processo, é certo, mas não com este valor de avaliação. A minha questão é esta, é o valor da avaliação que estamos a atribuir a uma pala, 310 mil euros. Não compreendo. Depois, voltando então à questão das matrizes, presume-se que o tal pedido para desanexação ou destaque, uma vez que não foi exibida a tal declaração na proposta anterior, foi apresentado pelo proprietário do imóvel. Deve ter sido por ali no início de setembro, porque este último deve ter sido no dia 7 de setembro. Não sei, mas quando nos facultar o documento que falta na anterior proposta, certamente veremos isso. Portanto, é o P8657 e o P8658, que são os tais modelos 1 do IMI. Presumimos também que, para além das plantas do terreno e dos imóveis, tenha também sido solicitada a autorização da Câmara para esta modificação, senão ele não poderia ter sido aceite pela Autoridade Tributária, como sabe. Portanto, ainda que partam da matriz 7158, que é o todo, estes dois destaques ainda não existem em termos cadastrais nas Finanças, nem em termos fiscais. Ao edifício e ao terreno para construção não corresponde um número de matriz definitivo. É apenas um pedido. Não foi deferido, não foi avaliado por um perito da Autoridade Tributária, não tem um valor patrimonial tributário atribuído. Por outro lado, ambas as propostas, estas duas, as dos tais dois P, remetem para o mesmo artigo na

Conservatória, o tal 3002, o que significa que, em termos registrais, também ainda não estão separados. E, se não estão separados, pergunto: como vai a Câmara comprar uma propriedade registada na Conservatória sob o mesmo registo, mas dividida nas duas propostas camarárias? É o único sítio onde ela está dividida neste momento, porque, quer na Autoridade Tributária, quer na Conservatória, ela ainda está indivisa. Ainda não temos se foi deferido, se não foi deferido, se já foi avaliado, portanto, ela ainda continua indivisa. Assim sendo, pergunto, senhor Presidente, se a Câmara pretende comprar o prédio na totalidade (como parece óbvio, conforme demonstram quer as duas propostas, quer a própria avaliação pedida e efetuada em 2023), por que motivo está a ser separado em dois prédios independentes? Curiosamente, um deles a conter uma parte do primeiro, a tal pala, o tal edifício anexo. Por que é que os estamos a separar? Este anexo, pergunto, será novamente anexado ao edifício antigo? Qual o sentido lógico destas operações? E, na linha daquilo que disse o senhor Vereador António Monteiro, não poderia aguardar-se, senhor Presidente, até que todos os documentos estivessem conformes, trazendo maior segurança jurídica a estes contratos? Qual é a pressa, senhor Presidente? Em suma, parece-nos que a intenção da Câmara foi...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Peço-lhe que termine...”-----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Eu termino já, senhor Presidente, mas isto parece-me particularmente relevante. Eu peço desculpa, mas eu tenho que continuar. Parece-nos que a intenção foi efetivamente adquirir a totalidade do edifício. Isto parece-me óbvio. Parece-me óbvio, até porque a Câmara pediu ao avaliador a avaliação no todo. Depois, acontece que este valor dos dois edifícios é 1 milhão 542 mil euros. Isto obrigaria, como sabe, à submissão à Assembleia

Municipal para autorização da compra, certo? Por outro lado, obrigaria também a visto prévio do Tribunal de Contas, porque a reforma do Tribunal de Contas que está em discussão na Assembleia da República, ainda não está em vigor e, portanto, tudo o que seja superior a 950 mil euros obrigaria a esta fiscalização prévia. E parece-nos que há aqui uma separação de uma aquisição de um todo em duas propostas, em dois contratos separados. E isto parece-me um fracionamento artificial de um contrato. Explicar-me-á. Explicar-me-á também a razão por que estas duas aquisições têm que ser feitas desta forma, ou porque é que as pretende fazer desta forma? Porque me parece que há aqui matéria que nos levanta dúvidas. Para além das dúvidas todas que já referi atrás, da avaliação, dos valores, do que existe, do que é virtual, do que não existe, o senhor Presidente tem alguma justificação ou suporte legal para este modus operandi? Ou seja, para fazer, como está aqui a ser proposto, a divisão em dois contratos, quando é o todo? Porque, no fundo, isto são duas prestações de um mesmo contrato. O objeto é o mesmo, é um contrato único, é a mesma finalidade, é o mesmo proprietário. Portanto, eu questiono a questão global da aprovação ou não desta proposta, da legalidade da proposta, de como é que pode ser feita e também aquelas dúvidas todas e, quando me responder, faremos então a nossa intervenção sobre o nosso sentido de voto ou não.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem, muito obrigado. Senhora Vereadora, em primeiro lugar, espero que a senhora não tenha feito aí um ensaio para tentar dizer que há aqui “gato escondido com rabo de fora”, como acabou de fazer. Isto vai ficar em ata.” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Claro.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sabe que nem todos têm o mesmo *modus operandi*, pelos sítios onde passam a trabalhar. Não me estou a referir a si, atenção. Mas nem todos o têm. E pasme-se também que nenhum dos senhores referenciaram aquilo que é o objetivo do que aqui está. Não interessa. Até era bom que esta fosse uma reunião pública, mas não é. Porque nós queremos resolver estas coisas e não estamos à espera das reuniões públicas para fazer política. Conforme os senhores viram aqui referenciado, estamos a falar em duas aquisições completamente distintas: a anterior, que é para serviços públicos do município e de outros e para habitação; e esta aqui que surge de duas necessidades. Em primeiro lugar, encontrámos mais espaço para os pedidos de empresas tecnológicas. E isto já não interessa! Nós nem fizemos nada no centro histórico, nem fizemos lá nada, nem pusemos lá pessoas a trabalhar no centro histórico. Nada referenciaram. Por outro lado, também é aqui referenciado para parte do envidraçado poder servir como um centro de exposições. A senhora falou numa pala. Eu não sei se a senhora foi ao sítio ou se não foi ao sítio. De certeza que não foi ao sítio. Aquilo também está cheio de silvas e está fechado. Aquilo que lá está é uma estrutura de um edifício. A estrutura está completa, em betão armado. E, por isso, aquilo que nós queremos fazer é acabar com aquela pouca vergonha que existe junto às muralhas da cidade, do envidraçado, porque tanta gente fala... há quinze ou vinte anos que aquilo lá está e nunca ninguém fez nada. Agora que alguém quer fazer alguma coisa, acabar aquilo e dar-lhe um uso devido, agora tenta-se... Eu não estou aqui... Eu já vou à questão da documentação. Estou a falar sobre o fim e, por isso, senhora Vereadora, espero que na sua cabeça o raciocínio esteja claro sobre as intenções do município e não outras coisas, como a gente ouviu por aí alguém a escrever, a mando não sei

de quem, a conspurcar naquilo que são as boas intenções desta Câmara Municipal no seu todo. Há pouco questionei se lá estavam os documentos do IMI ou não. Bem, mas por aquilo que a senhora referiu, está lá o modelo do IMI. Está lá. Mas este está lá. Entretanto, foi-me aqui dito que o processo está em tramitação nas Finanças. E, portanto, sobre o uso, sobre o modus operandi, sobre a legitimidade do processo, senhora Vereadora, espero que a senhora, como outros fizeram recentemente na praça pública, não enverede por esse caminho que só a si diz respeito e a mais ninguém. E, já agora, nesta planta está bem claro aquilo é. Olhe, ponha lá uma lupa! Eu também já não vejo bem, mas está lá bem identificado o que é que são os edifícios: o A, o B e o C. A parcela A, a parcela 1... E a amarela, o que é que é? O que é a amarela? Então, o que é que é a parcela amarela? Ah, está a preto e branco. Não vos mandaram em suporte informático? Mas não tem isso a cores? Não foi enviado por e-mail? Então, mas olhe, é assim: é amarelo. Está no digital. Não é a pala, desculpe. É um edifício que está a estrutura construída. Eu sei que, para si, a senhora não é de engenharia civil, é tudo uma pala. Mas cuidado, aqui não há daquelas palas. Há outras palas. Mas aqui não há as palas. O Eng.º Edgar Cardoso, no estádio do Sporting, não era assim que ele falava nessas palas? Isso são outras palas e outras palas haverá. No que diz respeito à avaliação, senhora Vereadora, foi pedido ao avaliador que clarificasse o que é que era o quê. Precisamente porque nos suscitou, na altura, dúvidas, as mesmas dúvidas que a senhora está a colocar, também nós as colocámos e nós questionámos: “Divida lá a avaliação por tudo aquilo que ali está”, porque aquilo que nós tomámos a decisão na penúltima ou antepenúltima reunião de Câmara foi sobre o edifício azul que aqui está. E o que está proposto nesta reunião de Câmara é o envidraçado, que está

a cor-de-rosa, e o amarelo, que é o edifício que tem a estrutura construída junto das muralhas da cidade. É isso que está aqui, para que não restem dúvidas. Mas, para que não restem dúvidas, eu só espero é que, na reunião em que isto venha a seguir - eu vou retirar o ponto -, esteja tudo clarificado e não andem a inventar mais coisas onde elas não existem. É só isto. Isto vai ficar em ata. Portanto, é só isso que eu espero. Portanto, o senhor António Monteiro, e perante aquilo que o senhor referiu há pouco, porque quer as coisas mais escarpadas, com os registos definitivos... então, assim que tivermos os registos definitivos destes dois conjuntos, vem aqui à reunião de Câmara e depois aí veremos, então, qual vai ser o sentido da votação. Diga, senhor Vereador.”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, deixe-me só aqui clarificar uma coisa. Eu já fui gestor público e já tive responsabilidades e já tive que contratar advogados para responder a determinadas questões, decisões que foram tomadas. Portanto, eu sei daquilo que estou a falar. Uma decisão, quando envolve dinheiros públicos, tem que ser devidamente suportada, não é? E eu estava aqui a colocar essa questão porque me suscitou essa dúvida, porque não vi a caderneta predial. Agora, eu quero que fique claro aqui...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Os registos definitivos.”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Sim, sim, os registos definitivos, as verbas envolvidas. Agora, eu quero que fique claro aqui: isto é um problema.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Claro que é.”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Aquele envidraçado e aquela estrutura, é um problema. Eu não tenho a menor dúvida disso. E, para além de ser um problema, ninguém compra aquilo. Isso também me parece óbvio, tirando a possibilidade de a

Câmara da Guarda dar um uso diferente. Eu sei, não há ninguém, ao nível privado, que vá comprar aquilo. Portanto, é um problema e a Câmara tem que dar uma solução ou pelo menos tentar. Agora, a posição do Partido Socialista é muito clara: nós concordámos com a outra, que vem de encontro a um problema que existe, que tem a ver com a habitação. Este aqui tem ali aqueles... Eu conheço essa estrutura de que se falou, da pala. Efetivamente, a estrutura está toda, não tem divisões nenhuma, mas a estrutura em betão está toda feita. Eu conheço isso, já lá estive há muitos anos, portanto não sabia que ainda estava assim. Agora, eu diria que estes edifícios não vão de encontro àquilo que é o objetivo de responder às solicitações em termos de habitações.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não. Isto não é para habitação, não.” -----

- **António Monteiro, Vereador:** “E, portanto, estou-lhe já a dizer, senhor Presidente, qual vai ser...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, mas isso está claro na proposta. Desculpe estar a dialogar.”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Sim, sim, eu sei. Eu vi as duas empresas que solicitam o espaço e tudo mais, que não têm espaço suficiente. E eu acredito que até ficariam lá muito bem. Mas, senhor Presidente, nesta situação aqui...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Meus senhores, o ponto vai ser retirado.” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Senhor Presidente, eu peço desculpa. Eu tenho que colocar uma questão, porque não me foi respondida. Só para clarificar, senhor Presidente, é assim: não é o meu modus operandi, eu não estou aqui a inventar problema nenhum. Eu fiz apenas o meu trabalho para aquilo que fui eleita há um ano, faz exatamente um ano. Eu entendo que este lugar onde estou, como

Vereadora sem pelouros, na oposição, para mim é um cargo de elevada responsabilidade em relação aos eleitores que votaram no nosso projeto. E, portanto, eu estou aqui a fazer o meu trabalho. E o meu trabalho neste momento é, e foi, e é sempre... Eu já trabalhei vinte e cinco anos nesta casa e o senhor Presidente conhece-me. Eu acho que tenho experiência em gestão autárquica suficiente para ter particular cuidado e particular atenção a vários processos que por aqui passam. Já em anteriores reuniões houve pequenas coisas, houve processos a que chamei à atenção, coisas que foram revistas, coisas que foram corrigidas, e bem. Eu fico satisfeita com isso. E acredite, senhor Presidente, se eu estou aqui a levantar este problema, se estou aqui a levantar todas estas dúvidas (não quero que sejam um problema, porque tudo há-de ter solução, certamente), é precisamente para que a Câmara não tenha problemas um dia mais tarde com este processo. Segundo, o município no seu todo, incluindo todos os Vereadores que aqui estamos, é responsável pela sua votação e, mesmo em relação a si, pela consideração pessoal que lhe tenho, senhor Presidente, eu dir-lhe-ia, ainda bem que retira a proposta, porque não há necessidade nenhuma de ir com esta pressa, de fazer as coisas quando elas não estão devidamente justificadas em termos regimentais, em termos de documentos, em fazer uma divisão. E continuo a dizer, isto, para mim... se calhar eu estou errada! Mas explique-me, por favor, qual foi a intenção de dividir em duas propostas quando a intenção era comprar o todo? Portanto, se tiver um parecer, se tiver alguma opinião jurídica que lhe permita sustentar esta decisão, ótimo, excelente. Mas acredite, com a melhor das intenções, o meu objetivo é fazer uma oposição construtiva. Portanto, duas ou três questões que eu só queria colocar no início. Estamos a comprar o quê, afinal, senhor

Presidente? É um terreno para construção com benfeitorias ou é um envidraçado? Por outro lado, eu já não lhe chamo pala, vou-lhe chamar um edifício com uma cobertura com betão armado. Não sou engenheira civil e não sei, mas aquilo não são casas. Aquilo está avaliado em 310 mil euros? 310 mil euros que somam, então, aos 362 mil do envidraçado e que servem de base à aquisição que vamos fazer agora. São dinheiros públicos, senhor Presidente. Eu acho que temos que ser sérios e que temos que ser corretos. E repare, a minha intenção, volto a dizer, é positiva, é no sentido construtivo, é no sentido de nos salvuardarmos a todos perante este negócio.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Peço-lhe que termine, por favor.” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “E vou terminar. Para resolver um problema, sim. Aquele espaço é um problema. Poderá não ser a Câmara que tenha que o resolver, mas aquele espaço, aquele edifício, é um problema para a cidade. Efetivamente é, e está ali há demasiado tempo assim. Se calhar, olhe, como estava o terreno para construção, ficávamos com o terreno, demolíamos o envidraçado, resolvia-se um problema, o pano de muralha que lá está atrás ficava visível. Se calhar até era bom. Mas isso já é uma coisa à parte, não tem nada a ver. O edifício está lá, nós temos que resolver a situação. Mas se calhar não tem que ser a Câmara a resolvê-lo ou, se for a Câmara a resolvê-lo, não pode ser a Câmara a resolvê-lo por este valor. Muito obrigada.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora, para que conste, estamos todos aqui com toda e a mesma seriedade. A senhora gosta muito de usar esses chavões, já não é a primeira vez que os usa e, portanto, para que conste, estamos aqui todos pela mesma seriedade. E não lhe admito que fale de outra forma diferente. Depois,

sobre aquilo que estava a ser proposto, é todo o espaço com todas as construções que lá estão incluídas. Tudo. Por isso é que está lá «com todas as benfeitorias» para que não haja nenhuma dúvida sobre isso. É todo o terreno, é todo o espaço e todas as benfeitorias, é assim que se chama. Até uma qualquer árvore que lá estivesse. É assim que se chama nos termos patrimoniais. Depois, a senhora questiona se havia intenção de comprar o todo. Não, não havia intenção de comprar o todo. Não. A necessidade surge entretanto, e então vamos avançar para o resto. As avaliações, até determinado ponto, eu não as coloco em causa, mas já agora era bom a senhora dizer também que o edifício que adquirimos na última, penúltima, antepenúltima reunião de Câmara foi por 900 e qualquer coisa mil euros e estava avaliado em 1 milhão e 333 mil. Já agora, é bom voltar a referenciar esses números. E, portanto, assim que os registos estejam todos definitivos, o assunto volta à reunião de Câmara.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Ainda sobre esta matéria, só uma questão. O senhor acabou de mencionar agora mesmo... não falando da teatralidade que lhe interessa dar quando lhe convém, mas não me amedronta, quero-lhe dizer que não me amedronta. As pessoas estudaram e foram ver as coisas, como o senhor também as vê, como também o senhor as estuda. Ainda tem a vantagem de ter uma estrutura na câmara municipal, e as outras pessoas têm que andar a socorrer-se de leis, de analisar e estudar e ir ver e conferenciar com quem também percebe das coisas. Mas disse aí uma coisa muito interessante, que eu gostaria de tentar perceber o fundamento dessa sua afirmação. Referiu que não havia intenção de comprar tudo e que essa intenção surgiu agora. Ou seja, em três semanas, nem tanto, diria, conseguiu entender e verificar uma necessidade de aquisição do todo. Se eu bem

percebi as suas palavras, foi o que acabou de mencionar, quando lhe foi questionado porque é que não comprou tudo de uma vez e apenas vem agora aqui à reunião outro ponto. A questão que lhe queria colocar: como é que em três semanas se decide assim gastar ou investir (a expressão ficará conforme entender, por mim, é investir; para outros, poderá ser gastar) como é que decidiu, em três semanas, fazer a aquisição desta parte? É uma pergunta que me assaltou dizer. Em relação ao resto, depois, na próxima reunião, quando o senhor trouxer, direi também a nossa opinião e o nosso contributo. Mas não percebi agora como é que, em três semanas, se decide assim gastar. Qual é a lógica? Qual é o fundamento da sua decisão? Se é que podemos saber, se é que não a vai apresentar quando vier o ponto novamente à reunião.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, acabei de responder a isso há pouco. Ponto dois da ordem de trabalhos. (...) Senhor Vereador, volto a reafirmar que respondi a tudo o que foi questionado na minha intervenção de há pouco.” -----

A presente proposta foi retirada da reunião. -----

PONTO 2 – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 6 DE JULHO DE 1987, RELATIVA À CEDÊNCIA DE UMA PARCELA DE TERRENO À ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DA GUARDA E CONSEQUENTE REVERSÃO DA REFERIDA PARCELA PARA A POSSE DO MUNICÍPIO -----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 88/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

- Na sequência da deliberação de 6 de julho de 1987, foi outorgada, em 20 de janeiro de 1988, no Notário Privativo da Câmara Municipal da Guarda, uma escritura de cedência gratuita, mediante a qual o Município da Guarda cedeu à Associação de Atletismo da Guarda uma parcela de terreno com a área de 20.000m², localizada na Quinta do Ferrinho, na Guarda, destinada á construção de uma pista de atletismo coberta para a prática da modalidade; -----

- Na referida escritura de cedência consta que: “(...) Pela presente escritura e pela sua representada, de conformidade com a já citada deliberação, cede à Associação de Atletismo da Guarda, a parcela de terreno atrás descrita, com a área de 20.000m², a título gratuito para nela ser construída uma pista coberta para a prática de Atletismo e que, caso tal não venha a acontecer no prazo de dez anos o mesmo reverterá novamente para a posse do Município da Guarda, sem quaisquer contrapartidas e benfeitorias que entretanto tenham sido executadas.” -----

- Através do nosso Ofício n.º 3199, de 28 de abril de 2026, o Município notificou a Direção da Associação de Atletismo da Guarda, dando-lhe conhecimento de que a Associação não havia dado cumprimento ao estipulado na respetiva escritura, encontrando-se, assim, em situação de incumprimento. Mais, foi comunicado que o Município se propunha exercer o direito de reversão relativamente à parcela de terreno anteriormente cedida, tendo, para o efeito, sido concedido à Associação o respetivo direito de audiência prévia, nos termos legalmente aplicáveis; -----

- Até à presente data, a Associação de Atletismo não exerceu o direito de audiência prévia que lhe foi concedido pelo Município, através do supramencionado Ofício n.º 3199, de 28 de abril de 2026; -----

• A parcela de terreno para construção urbana com a área de 20.000m2, conforme resulta da descrição predial – Ap.8 de 1987/07/14 – está registada a favor do Município da Guarda, livre de qualquer ónus e/ou encargos.-----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Guarda, se digne remeter a presente proposta à próxima Reunião do Executivo Municipal para que este delibere: -----

1. Revogar, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 165.º do Código do Procedimento Administrativo, a deliberação tomada na reunião do Executivo Municipal de 06 de julho 1987, que determinou a cedência à Associação de Atletismo da Guarda de uma parcela de terreno com a área de 20.000m2, localizada na Quinta do Ferrinho, na Guarda, destinada à construção de uma pista de atletismo coberta; -----

2. A reversão da posse, para o Município da Guarda, da mencionada parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 733 da freguesia da Guarda (São Vicente), a favor do Município da Guarda.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **João Prata, Vereador:** “Obviamente que votamos a favor. Só não percebemos aqui... Ou melhor, há uma questão que queremos colocar e espero que seja respondida. Admitindo que fizeram a questão que está legalmente prevista no CPA, no Código do Procedimento Administrativo, de audiência prévia dos interessados, percebi que a Associação de Atletismo não respondeu a essa diligência da Câmara Municipal, mas também não temos aqui nenhuma informação da Associação de Atletismo por escrito. Admito que eles tenham sido contactados para além desse mecanismo do Código de Procedimento Administrativo, mas não há nenhuma

informação da Associação de Atletismo? Não temos aqui acesso a nenhuma informação. Eu estive a ver os documentos... Ou seja, no mínimo, a Associação de Atletismo podia dizer: realmente não estamos interessados ou não temos capacidade ou não vamos conseguir.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu já passarei a palavra ao senhor Vereador Rui Melo, mas, já agora, estamos a falar de uma coisa que vem desde 1988.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Senhor Presidente, estamos a tratar em 2026 e só estou a perguntar isso.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu sei, mas não é isso que estou a dizer. Eu já vou passar a palavra ao senhor Vereador por causa dos contactos, mas, para que conste, estamos a falar de uma coisa que vem desde 1998 e que lhe garanto que 99,9%, vírgula 999, ninguém sabia que isto estava assim. Nem os senhores, nem ninguém dos que aqui estavam. É um processo que tem que... Olhe, é mais um daqueles problemas patrimoniais que a Câmara da Guarda tem para resolver. Senhor Vereador, faça favor.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Mas ninguém está a dizer o contrário. Só pretendo perceber isso, mais nada.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Rui Melo, faça favor.” -----

- **Rui Melo, Vereador:** “Sim, a Associação de Atletismo foi notificada por escrito e foi contactada por telefone várias vezes. Não recebemos resposta por escrito. Recebemos, por telefone, a resposta de que não estavam interessados em responder, que não iam responder e, portanto, nós tivemos de dar uma solução ao caso.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com seis votos. -----

**PONTO 3 – REVOGAÇÃO, POR MÚTUO ACORDO, DO PROTOCOLO
CELEBRADO COM ALBI ASTA TEATRO E OUTRAS ARTES, NO
ÂMBITO DO FESTIVAL CONTRADANÇA-----**

Sobre este assunto, foi presente uma proposta da Vereadora Cláudia Guedes do seguinte teor: -----

“Proposta VCG n.º 77/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

Em 4 de agosto de 2026 foi iniciado procedimento de ajuste direto destinado à aquisição de serviços para a realização de espetáculos de dança no âmbito do Festival Andanças;-----

O início do procedimento e a correspondente despesa foram autorizados em 7 de agosto de 2026, tendo o procedimento prosseguido a sua tramitação legal;-----

Em 21 de agosto de 2026 foi proferida decisão de adjudicação à entidade ALBI ASTA Teatro e Outras Artes, e em 3 de setembro de 2026 foi celebrado o contrato resultante do procedimento de ajuste direto, tendo os espetáculos sido posteriormente realizados nos termos contratados;-----

Em paralelo, foi deliberado pela Câmara Municipal em 24 de agosto de 2026 a aprovação de celebração de um protocolo com a mesma entidade, e com o mesmo âmbito;-----

Da análise conjunta dos dois processos veio posteriormente a verificar-se que o protocolo apresenta uma sobreposição substancial de objeto com a aquisição de serviços já adjudicada, coincidindo designadamente a entidade, o evento, a prestação principal, o valor e o respetivo cabimento; -----

O contrato resultante do procedimento de contratação pública constitui, assim, o título jurídico e financeiro adequado para a aquisição e pagamento dos serviços efetivamente prestados; -----

A manutenção simultânea dos dois instrumentos não encontra justificação material e é suscetível de gerar uma duplicação do título jurídico e financeiro relativamente à mesma prestação, situação que importa eliminar, sendo evidente que a sobreposição identificada resulta de lapso na tramitação administrativa. -----

A entidade ALBI ASTA manifestou a sua concordância com a revogação do protocolo, conforme documento que se junta em anexo. -----

Contudo, importa formalizar pelo mesmo instrumento e pelo mesmo órgão a revogação do Protocolo celebrado, atendendo à sobreposição enunciada. -----

Nesta conformidade: -----

Atenta ao supra exposto, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo para apreciação e votação, ao abrigo do disposto no artigo 169º do Código do Procedimento Administrativo: -----

1. Aprovar a revogação, por mútuo acordo, do protocolo celebrado com a entidade ALBI ASTA no âmbito da realização do Festival Contradança, aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 24 de agosto de 2026; -----

2. Aprovar a minuta do Acordo de Revogação anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante. -----

ACORDO DE REVOGAÇÃO MÚTUA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Entre:-----

ASTA – Teatro e Outras Artes, neste ato representada pelo Presidente da Direção, Sérgio Novo, com poderes para o ato, doravante designada por “ASTA Teatro e Outras Artes”; -----

e-----

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA – TEATRO MUNICIPAL DA GUARDA (TMG), neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Sérgio Costa, com poderes para o ato, doravante designada por “Câmara Municipal da Guarda”; -----

adiante conjuntamente designadas por “Partes”,-----

Considerando que: -----

A. A ASTA – Teatro e Outras Artes e a Câmara Municipal da Guarda – Teatro Municipal da Guarda (TMG) celebraram a 24 de agosto de 2026 um Protocolo de Cooperação para o ano de 2026, tendo por objeto a criação de uma parceria em rede para a circulação de projetos integrantes do Festival “contraDANÇA”, com curadoria da ASTA; -----

B. O referido Protocolo estabeleceu um conjunto de ações conjuntas para a realização do Festival “contraDANÇA” durante o mês de setembro de 2026, bem como as responsabilidades de cada uma das Partes; -----

C. Nos termos do Protocolo, competia designadamente, à ASTA assegurar a curadoria e produção do Festival, incluindo a programação artística, deslocações, alojamento, alimentação e materiais de comunicação, e à Câmara Municipal da Guarda assegurar o acolhimento do programa, o pagamento à ASTA do montante de 19.000,00€ (dezanove mil euros), isento de IVA nos termos do artigo 9.º do

Código do IVA, bem como as demais responsabilidades de comunicação, produção e apoio técnico;-----

D. Paralelamente, havia sido celebrada uma aquisição de serviços por ajuste direto no mesmo valor (19.000,00€, dezanove mil euros, isento de IVA);-----

E. As Partes pretendem, assim, formalizar a presente revogação do referido Protocolo, definindo os respetivos efeitos e salvaguardando as obrigações que, eventualmente, tenham sido constituídas ou executadas até à data da sua cessação;

É celebrado o presente Acordo de Revogação Mútua do Protocolo de Cooperação, que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1.^a

Objeto

1. Pelo presente Acordo, as Partes acordam, de forma livre, expressa e por mútuo consentimento, revogar o Protocolo de Cooperação celebrado para o ano de 2026, relativo à parceria para a realização do “Festival contraDANÇA”.-----

2. A revogação produz efeitos a partir da data da assinatura do presente Acordo, cessando, a partir dessa data, as obrigações e responsabilidades das Partes previstas no Protocolo, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.-----

Cláusula 2.^a

Efeitos

1. A revogação produz efeitos a partir da data da assinatura do presente acordo. ----

2. A revogação do protocolo não afeta a validade, eficácia ou execução do contrato celebrado entre as partes em 3 de setembro de 2026, na sequência do procedimento de ajuste direto destinado à aquisição dos serviços de realização dos espetáculos de dança no âmbito do “Festival contraDANÇA”-----

3. As partes reconhecem que as prestações relativas à realização dos espetáculos abrangidas pelo referido contrato são exclusivamente tituladas por este último. -----

Cláusula 3.^a

Efeitos financeiros

1. Da revogação do protocolo não resulta para qualquer das partes direito a indemnização, compensação ou qualquer outra prestação pecuniária. -----

2. Não é devido pelo Município qualquer pagamento ao Segundo Outorgante ao abrigo do protocolo ora revogado. -----

3. O pagamento dos serviços efetivamente prestados no âmbito dos espetáculos é efetuado exclusivamente nos termos do contrato celebrado em 3 de setembro de 2026. -----

Cláusula 4.^a

Declaração das partes

As partes declaram que, relativamente ao protocolo objeto do presente acordo, nada têm a reclamar uma da outra, seja a que título for, sem prejuízo dos direitos e obrigações decorrentes do contrato celebrado em 3 de setembro de 2026.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma questão, senhores Vereadores?” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Sim, obviamente, votamos a favor, senhor Presidente. E enlaçando com aquilo que disse há pouco, este assunto foi levantado por nós numa das últimas reuniões, demos conta deste engano, desta falha. E, portanto, ela está aqui agora e vai ser revogada. Fica só um contrato que eu presumo que está publicado na BASE. E fico satisfeita, porque, efetivamente, foi uma contribuição que eu fiz enquanto...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Já agora, senhora Vereadora só clarificar uma coisa que a senhora disse na altura e que não corresponde à realidade: que houve dois compromissos. Não houve dois compromissos, não há dois compromissos associados. Regularizado. Muito obrigado.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com seis votos. -----

PONTO 4 – RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA N.º 74/2026 DE 28/09/2026 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E BENS ESPECIALIZADOS DESTINADOS À QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DA REDE CULTURAL E CRIATIVA----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta da Vereadora Cláudia Guedes do seguinte teor: -----

“Proposta VCG n.º 80/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

A Câmara Municipal da Guarda, através da Divisão de Cultura e Turismo, Museus, Património e Arqueologia, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, tem como missão conhecer, estudar, proteger, valorizar e divulgar o património cultural do concelho, promovendo a sua fruição e contribuindo para a valorização cultural e turística do território.-----

Neste sentido, a operação n.º P015423 “Rede Cultural e Criativa da Guarda”, foi aprovada no âmbito da candidatura ao Programa Transformar Turismo – Linha Regenerar e Valorizar Territórios, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 1-A/2022, de 7 de janeiro, alterado pelo Despacho Normativo n.º 10/2022, de 8 de agosto, do Turismo de Portugal, visando criar uma rede colaborativa entre espaços

culturais e aldeias criativas da Guarda, assente nos recursos endógenos, no património cultural e nas artes e ofícios tradicionais. -----

Sabendo que integram esta rede o Museu da Guarda, o Museu de Tecelagem dos Meios, o Museu Etnográfico da Castanha de Aldeia do Bispo, o Museu das Atividades de Videmonte, a Casa Museu do Jarmelo e o Museu-Escola de Aldeia Viçosa, destinando-se a ações determinadas à criação. -----

Sabendo, também, que a 28/09/2026 foi submetida a aprovação a proposta VCG n.º 74/2026 com as peças procedimentais sem o devido documento de cabimentação, pese embora lhe tenha sido atribuída uma GOP, neste sentido, a presente proposta submete a aprovação a necessária cabimentação para cada Lote (três no total) que é devida ao Município. -----

O preço base global do procedimento é de 215.500,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, cabendo ao Município da Guarda uma participação no valor de 103.580,00 €, acrescido de IVA, correspondente a 25.160,00 € no Lote 1, 69.020,00 € no Lote 2 e 9.400,00 € no Lote 3, em conformidade com o previsto no plano financeiro da candidatura, que contempla uma taxa de financiamento de 90%.-----

Em anexo submete-se documentação comprovativa da autorização da despesa por parte de cada freguesia integrante do Agrupamento das entidades Adjudicantes.----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda que se digne submeter ao digno órgão Executivo para apreciação e votação, ao abrigo das alíneas a), e) e m) do art.º 23.º e alínea dd) do n.º 1 do art.º 33.º do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação, da retificação da

proposta n.º 74/2026 de 28/09/2026, com a necessária autorização da despesa no valor constante dos documentos em anexo à presente proposta.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com seis votos. -----

PONTO 5 – PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE UKBAR FILMES, PRODUÇÃO DE LONGAS E CURTAS-METRAGENS, LDA. E O MUNICÍPIO DA GUARDA-----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta da Vereadora Cláudia Guedes do seguinte teor: -----

“Proposta VCG n.º 76/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

A produtora cinematográfica Ukbar Filmes solicitou apoio logístico ao Município da Guarda para a produção do telefilme Pão Bem Cozido, integrado na segunda temporada da série Contado por Mulheres. -----

O projeto enquadra-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030, prevendo a exibição dos telefilmes em horário nobre na RTP1 e posterior distribuição em plataformas de streaming. A referida entidade é responsável por produções como Rabo de Peixe, O Homem que Matou Dom Quixote e Amadeo. -----

O Município da Guarda apoiou, em 2022, a primeira temporada da série, através do telefilme Quando o Diabo Reza, de Fabiana Tavares, baseado na obra homónima do escritor Mário Carvalho. -----

O referido telefilme contou com a participação de atores da cidade da Guarda e teve a sua narrativa desenvolvida no território, contribuindo para a promoção do concelho e para a capacitação cultural da comunidade local. Atendendo ao impacto e relevância alcançados pela primeira temporada, que registou uma audiência média aproximada de 350.000 espectadores e uma quota de audiência superior a 8%, considera-se que a continuidade deste apoio constitui uma oportunidade de valorização e projeção do território do concelho da Guarda no panorama audiovisual nacional. -----

O apoio logístico solicitado ao Município da Guarda destina-se à produção do telefilme Pão Bem Cozido, integrado na segunda temporada da série Contado por Mulheres, dirigido por Filipa Ruiz e com argumento de Maria João Lopo Carvalho. A narrativa desenvolve-se numa aldeia próxima da cidade da Guarda, onde um casal descobre, numa antiga receita de pão de centeio, a oportunidade de criar um negócio familiar. -----

As filmagens estão previstas para o período compreendido entre os dias 8 e 15 de novembro do corrente ano, tendo sido solicitado ao Município da Guarda apoio logístico para o alojamento, durante sete dias, e alimentação, durante seis dias, para uma equipa constituída por trinta elementos. -----

O apoio logístico será assegurado pelo Município da Guarda através do fornecimento de 30 almoços diários na Cantina da Câmara Municipal da Guarda, bem como do alojamento da equipa. O referido apoio representa um encargo total de 8.814,80 € (oito mil oitocentos e catorze euros e oitenta cêntimos), correspondendo 882,00€ (oitocentos e oitenta e dois euros) ao fornecimento dos

almoços e 7.932,80 € (sete mil novecentos e trinta e dois euros e oitenta cêntimos)

ao alojamento da equipa, com IVA incluído à taxa legal de 6%.-----

O Município da Guarda prestará apoio logístico, técnico e institucional à realização da rodagem, designadamente através da disponibilização temporária de espaços municipais para apoio à produção, armazenamento de equipamento, guarda-roupa e decoração, bem como de espaço vigiado para estacionamento das viaturas de produção e transporte de material técnico, sempre que necessário. -----

O referido apoio enquadra-se numa estratégia de descentralização da produção audiovisual e valorização do território enquanto elemento narrativo, contribuindo para a promoção cultural, turística e patrimonial do concelho. Como contrapartidas, a entidade promotora compromete-se a desenvolver ações de investigação e a adoção de práticas sustentáveis durante a produção e a promoção dos municípios envolvidos. -----

Neste sentido, pretende-se estabelecer uma colaboração institucional entre o Município da Guarda e a Ukbar Filmes, através da celebração de um Protocolo de Parceria, tendo em vista a realização da rodagem de um telefilme integrado no projeto “Contado por Mulheres – 20 Telefilmes para o Desenvolvimento Sustentável” no território do concelho da Guarda. -----

A entidade promotora manifesta disponibilidade para assegurar a identificação e referência ao Município da Guarda enquanto parceiro institucional nas peças de divulgação, créditos e demais suportes associados ao telefilme. -----

Tendo em conta a relevância da série Contado por Mulheres, a projeção nacional associada à sua exibição na RTP1 em horário nobre e a oportunidade de valorização da paisagem, do património rural e dos saberes tradicionais do

concelho da Guarda, considera-se pertinente o apoio logístico solicitado para a produção do referido telefilme. -----

Nessa conformidade: -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, para apreciação e aprovação do Protocolo de Parceria a celebrar entre a Ukbar Filmes e o Município da Guarda, que se junta em anexo e faz parte integrante da presente proposta.-----

O apoio compreende ainda a disponibilização dos meios logísticos, técnicos e institucionais necessários à realização da rodagem no concelho da Guarda, nos termos previstos no Protocolo de Parceria. -----

• O Apoio supra identificado, encontra-se devidamente cabimentado na rubrica orçamental 0102020216 e GOP 2 51. 2026/5050. -----

PROTOCOLO PARCERIA

Entre -----

Ukbar Filmes, Produção de Longas e Curtas-Metragens, Lda., com sede em Campo Mártires da Pátria nº59 3ºesq 1150-226 Lisboa, NIF 508 852 838, neste ato representada pelos sócios-gerentes Pandora da Cunha Telles e/ou Pablo Iraola, adiante designada por Ukbar, -----
e-----

MUNICIPIO DA GUARDA com sede na Praça do Município, 6300-854, NIF 506 215 695, neste ato representada por Sérgio Fernando da Silva Costa, adiante designado por Município da Guarda, -----

Considerando que: -----

a) A produção audiovisual constitui uma ferramenta estratégica de promoção territorial, com impacto direto na notoriedade, atratividade turística e valorização do património cultural e natural; -----

b) Que a Ukbar Filmes é uma produtora cinematográfica e audiovisual de reconhecido mérito nacional e internacional, responsável pelo projeto “Contado por Mulheres”, uma coleção de telefilmes realizados por mulheres cineastas portuguesas;-----

c) Que a nova temporada do projeto “Contado por Mulheres – 20 Telefilmes para o Desenvolvimento Sustentável” se inspira nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, promovendo reflexão sobre temas sociais, ambientais e culturais contemporâneos;-----

d) Que o Município da Guarda tem vindo a desenvolver políticas ativas de promoção cultural, valorização do território, sustentabilidade, igualdade de género e apoio à criação artística; -----

e) Que a rodagem de um telefilme no território do Município da Guarda constitui uma oportunidade de promoção cultural, turística e patrimonial do concelho, bem como de envolvimento da comunidade local; -----

f) Que as Partes reconhecem interesse mútuo em estabelecer uma parceria institucional, para viabilizar a rodagem do referido telefilme;-----

É celebrado o presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

CLÁUSULA 1.^a

(Objeto)

O presente Protocolo tem por objeto a definição dos termos de colaboração institucional entre a Ukbar Filmes e o Município da Guarda para a rodagem do telefilme nome provisório ou definitivo PÃO BEM COZIDO, realizado por Filipa Ruiz e escrito por Maria João Lopo de Carvalho, integrado no projeto “Contado por Mulheres – 20 Telefilmes para o Desenvolvimento Sustentável”, a realizar parcial ou totalmente no concelho da Guarda, entre as datas de 08 a 15 de novembro de 2026. -----

CLÁUSULA 2.^a

(Objetivos)

1. São objetivos do presente Protocolo: -----
 - a) Estabelecer uma parceria institucional entre o Município da Guarda e a Ukbar Filmes, tendo em vista a realização da rodagem de um telefilme integrado no projeto “Contado por Mulheres – 20 Telefilmes para o Desenvolvimento Sustentável” no território do concelho da Guarda; -----
 - b) Promover e apoiar a criação cultural e audiovisual, com particular enfoque na valorização do papel das mulheres na realização cinematográfica; -----
 - c) Contribuir para a promoção e valorização do concelho da Guarda, do seu património cultural, natural e paisagístico, enquanto território de acolhimento de projetos culturais; -----
 - d) Enquadrar a presente parceria nos princípios do desenvolvimento sustentável e da cooperação institucional, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030; -----
 - e) Reforçar a cooperação entre o Município da Guarda e entidades do setor cultural e criativo, no âmbito das atribuições municipais em matéria de cultura. -----

CLÁUSULA 3.^a

(Obrigações da Ukbar)

1. No âmbito do presente Protocolo, a Ukbar Filmes compromete-se a realizar, com autonomia artística e responsabilidade técnica, todas as atividades necessárias à produção, realização e conclusão do telefilme. -----
2. A Ukbar Filmes compromete-se ainda a desenvolver os seus melhores esforços ao longo de todo o processo de produção, garantindo elevados padrões de qualidade artística e técnica, em consonância com os objetivos do projeto “Contado por Mulheres – 20 Telefilmes para o Desenvolvimento Sustentável”. -----
3. No desenvolvimento do presente Protocolo, a Ukbar Filmes obriga-se a:-----
 - a. Articular previamente com o Município da Guarda todas as necessidades logísticas relacionadas com a rodagem, assegurando uma adequada coordenação com os serviços municipais competentes; -----
 - b. Respeitar o património natural, cultural, arquitetónico e paisagístico do concelho da Guarda, comprometendo-se a repor eventuais danos que lhe sejam imputáveis; -
 - c. Facultar ao Município da Guarda todos os documentos e informações que venham a ser solicitados no âmbito do acompanhamento institucional do presente Protocolo; -----
 - d. Promover a visibilidade do Município da Guarda, filmando o telefilme integral ou maioritariamente no concelho e assegurando a sua exibição nos canais da RTP, designadamente RTP1, RTP Play, RTP Internacional e RTP Memória, ou noutros que venham a ser definidos no âmbito do projeto; -----
 - e. Incluir referências ao território da Guarda de forma digna, adequada e coerente com a narrativa do telefilme;-----

f. Assinalar a identidade institucional do Município da Guarda no genérico do telefilme e nos respetivos materiais de promoção, através da inclusão do logótipo e menção “Com o apoio do Município da Guarda”, bem como, sempre que aplicável, nos trailers, teasers e outros conteúdos promocionais;-----

g. Organizar, em articulação com o Município da Guarda, iniciativas conjuntas de promoção e mediação cultural, designadamente: -----

- conferência de imprensa, visita institucional à rodagem ou outro momento público com representantes do Município da Guarda; -----

- sessão especial de apresentação do telefilme no concelho da Guarda, em data a acordar, antes ou após a sua estreia televisiva; -----

- ações de proximidade com a comunidade educativa, nomeadamente visitas a estabelecimentos de ensino para partilha de experiências e percursos profissionais no setor do cinema e do audiovisual; -----

h) Contribuir para a capacitação e valorização do capital humano local, sempre que possível, através: -----

- do recrutamento de figurantes e pequenas participações no concelho da Guarda;--

- da promoção de encontros, conversas ou ações formativas dirigidas a públicos locais, nomeadamente nas áreas do storytelling, turismo cultural ou utilização pedagógica do audiovisual.-----

4. As iniciativas previstas nas alíneas g) e h) do número anterior serão concretizadas mediante acordo prévio entre as Partes, tendo em conta a disponibilidade da equipa artística e técnica e os meios logísticos existentes. -----

CLÁUSULA 4.^a

(Obrigações do Município da Guarda)

1. Para efeitos do disposto na Cláusula Primeira, o Município da Guarda constitui-se na obrigação de apoiar a realização do telefilme, através de uma participação indireta nos respetivos custos de produção, traduzida na disponibilização de meios logísticos, técnicos e institucionais, nos termos dos números seguintes.-----
2. O apoio referido no número anterior concretizar-se-á, nomeadamente, através das seguintes medidas: -----
 - a) Apoio à estadia da equipa técnica e artística, através da disponibilização de alojamento de 23 quartos individuais com pequeno-almoço entre os dias 8 e 15 de novembro 2026, de acordo com rooming list enviada pela Ukbar Filmes. -----
 - b) Apoio à alimentação da equipa técnica e artística durante o período de rodagem, através do fornecimento diário de 30 refeições de almoço entre os dias 9 e 14 de novembro.-----
 - c) Disponibilização temporária de espaços municipais para instalação de base de trabalho da produção, apoio logístico, armazenamento de equipamento, guarda-roupa e decoração, sempre que possível em local próximo do alojamento da equipa; -----
 - d) Disponibilização de espaço vigiado para estacionamento de viaturas de produção e de transporte de material técnico (imagem, som e arte), fora dos períodos de rodagem, sempre que tal se revele necessário; -----
 - e) Apoio técnico e institucional na identificação de locais de rodagem no concelho da Guarda, bem como na facilitação de acesso a espaços municipais, através da designação de um colaborador municipal como ponto de contacto; -----

f) Apoio dos serviços municipais competentes na gestão e condicionamento do tráfego automóvel e pedonal durante os períodos de rodagem, quando aplicável e mediante planeamento prévio; -----

g) Isenção de taxas municipais devidas pela ocupação do espaço público e pela utilização de espaços municipais, nos termos da legislação e regulamentos municipais em vigor; -----

h) Agilização dos procedimentos administrativos necessários à realização da rodagem, designadamente no que respeita a autorizações, licenças e articulação entre serviços municipais, sempre que os mesmos dependam exclusivamente do Município da Guarda. -----

3. As condições concretas de execução dos apoios previstos nos números anteriores serão definidas de forma articulada entre as Partes, em função das necessidades específicas da produção e da disponibilidade dos meios municipais. -----

CLÁUSULA 5.^a

(Direitos de Autor e Propriedade Intelectual)

Todos os direitos de autor e conexos relativos ao telefilme pertencem exclusivamente à Ukbar Filmes e aos respetivos titulares legais, não resultando do presente Protocolo qualquer transmissão de direitos para o Município da Guarda, sem prejuízo das menções institucionais previstas.-----

CLÁUSULA 6.^a

(Vigência)

O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e mantém-se válido até à conclusão da rodagem do telefilme e cumprimento das obrigações previstas,

sem prejuízo das cláusulas que, pela sua natureza, produzam efeitos para além desse prazo. -----

CLÁUSULA 7.^a

(Natureza do Protocolo e Limitações)

1. O presente protocolo tem natureza intuitu personae, não podendo ser objeto de cessão a terceiros, sem prévia autorização das partes; -----
2. A colaboração, ao abrigo do presente protocolo, não pode ser interpretada como suscetível de traduzir uma associação ou partnership; -----
3. Nenhuma das partes poderá atuar em representação da outra ou vinculá-la a qualquer obrigação de natureza financeira ou pecuniária. -----

CLÁUSULA 8.^a

(Disposições Finais)

1. O presente Protocolo não implica qualquer vínculo laboral, societário ou financeiro entre as Partes. -----
2. Qualquer alteração ao presente Protocolo deverá ser efetuada por escrito e devidamente assinada por ambas as Partes.-----
3. Os casos omissos serão resolvidos por acordo entre as Partes, de acordo com a legislação portuguesa aplicável. -----
4. O presente Protocolo é celebrado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes, produzindo efeitos legais na data da sua assinatura. -----

CLÁUSULA 9.^a

(Foro Competente)

Para resolução de eventual litígio, emergente do presente protocolo, é competente o Tribunal da Comarca de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Relativamente aqui ao ponto cinco, dizer que me apraz ver que, neste protocolo, como noutros que já vieram aqui, em que os apoios são refeições, alojamento e tal, como já tínhamos falado, agora vem aqui estimado um valor, o que é positivo, é de saudar e obviamente que votamos a favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, é para sabermos claramente se são duas dormidas ou se são trinta. Se forem duas dormidas, são peanuts, se forem trinta, a história já é outra.”-----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Exatamente. É importante termos esta nota. Acho que está bem fundamentado. Muito obrigada.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com seis votos. -----

PONTO 6 – PLANO MUNICIPAL DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2026/2027-----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta da Vereadora Cláudia Guedes do seguinte teor: -----

“Proposta VCG n.º 79/2026

(Mandato 2025-2029)

O Transporte Escolar é um instrumento crucial à prossecução educativa, viabilizando o acesso equitativo à escola, promovendo o sucesso escolar e prevenindo o seu abandono precoce, constituindo a oferta do serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, contemplando os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino

secundário, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais no âmbito da educação inclusiva. -----

O Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no seu artigo 21.º, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, designadamente o Plano Municipal de Transportes Escolares. O Plano Municipal de Transportes Escolares estabelece as necessidades de transporte dos alunos para os estabelecimentos de educação e ensino do concelho da Guarda, sendo que os horários dos transportes são anualmente articulados para garantir o cumprimento dos horários escolares, conjugando e complementando a rede de transportes públicos e outros planos de transportes em vigor na respetiva área de abrangência. O Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, estabelece ainda as regras de elaboração e aprovação do Plano Municipal de Transporte Escolar, define as condições em que os alunos podem aceder a este apoio, bem como as competências das Autarquias no âmbito do mesmo. -----

Decorrente, mais recentemente, da Portaria nº 7-A/2024, de 5 de janeiro, todos os alunos até aos 23 anos têm acesso ao passe gratuitamente. Este apoio deixa de estar enquadrado no âmbito dos Apoios da Ação Social Escolar. A Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, define as condições de acesso e atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes, até aos 23 anos, bem como os procedimentos relativos à sua operacionalização e compensação. -----

Nos municípios, a elaboração e a aprovação do Plano de transportes escolares é da competência da câmara municipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação. O Plano anexo à presente Proposta foi aprovado por

unanimidade por todos os Conselheiros presentes em sede de Conselho Municipal de Educação que decorreu no pretérito dia 29 de setembro de 2026.-----

Nesta conformidade,-----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e aprovação, ao abrigo da alínea d) do artigo 3.º, alíneas c) d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º e alíneas gg) e hh) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e da Portaria nº 7-A/2024, de 5 de janeiro, o Plano Municipal de Transportes Escolares nos termos acima explanados.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, se me permite, aqui, a uma determinada altura, diz que não se consegue estimar os custos, não existe informação financeira. Eu acho que é possível estimar os custos. Olhando para o número de alunos que tinha no ano anterior, considerando que aumentou 10% ou diminuiu 10%, a partir do momento em que se deixou de utilizar o controle dos passes, consegue-se estimar os custos. Devia estar estimado. É só isso que queria dizer.”-----

- **Rui Melo, Vereador:** “Em relação aos passes dos transportes escolar, grande parte são assumidos pelo programa Incentiva+TP, o passe sub-23, e, portanto, são assumidos pelo Estado. Julgo que, quando se diz aí de estimativa de custos, penso que tem a ver com o da utilização da frota municipal. No transporte escolar, há vários transportes envolvidos: os transportes municipais, os transportes urbanos e

os transportes intermunicipais. Há aqui também várias entidades envolvidas: a CIM, o Estado e o próprio município. Quando se fala da avaliação global, a avaliação será do custo na globalidade do transporte para o universo dos estudantes. É só isso.”-----

- **António Monteiro, Vereador:** “Mas o do município consegue-se estimar, não se conseguem estimar os outros.”-----

- **Rui Melo, Vereador:** “Sim, o do município, sim.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com seis votos.-----

PONTO 7 – IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO PILOTO PARA APLICAÇÃO DO SISTEMA PAYT (PAY-AS-YOU-THROW) NO SETOR NÃO DOMÉSTICO-----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo do seguinte teor:-----

“Proposta VRM n.º 89/2026

(Mandato 2025-2029)

Enquadramento e Fundamentação Legal-----

1. Princípio do Poluidor-Pagador e Hierarquia de Resíduos-----

O artigo 9.º, alíneas j), k) e m) do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Higiene Urbana do Município da Guarda, publicado no Aviso n.º 7151/2025/2 do DR de 17-03-2025 estabelece como princípios fundamentais a aplicação do utilizador-pagador, a responsabilidade cívica na prevenção e valorização de resíduos e o respeito pela hierarquia de gestão de resíduos.-----

2. Enquadramento do Sistema PAYT:-----

a) Nos termos da alínea z) do artigo 5.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Higiene Urbana do Município da Guarda, o PAYT define-se como o sistema apoiado no princípio do poluidor-pagador, onde a tarifa de resíduos é cobrada em função da quantidade de resíduos produzidos por cada utilizador. ----

b) O artigo 29.º do mesmo regulamento prevê expressamente que os locais, as regras de funcionamento e a aplicação da cobrança através do sistema PAYT sejam definidos e aprovados pelo Município, mediante aplicação de tarifa específica calculada em função do volume, do número de deposições, do peso ou de outro modelo adequado. -----

c) O n.º 7 do artigo 51.º corrobora a aplicação de uma tarifa variável específica para os clientes aderentes ao sistema PAYT. -----

3. Enquadramento no Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR): -----

O Decreto-Lei n.º 102-D/2020 (RGGR) de 10 de Dezembro, na sua redação atual, impõe metas rigorosas de preparação para a reutilização e reciclagem de resíduos urbanos, exigindo às autarquias mecanismos económicos dissuasores da produção excessiva de resíduos indiferenciados e incentivadores da triagem na origem, com especial relevo para o setor económico e industrial, onde se concentra um potencial significativo de desvio de fluxos recicláveis. -----

Justificação da escolha do projeto piloto no setor não doméstico: -----

O tecido empresarial e industrial do concelho da Guarda constitui um polo gerador de resíduos com características homogéneas e controláveis, tornando-se o reduto ideal para a fase piloto do PAYT.-----

Na Zona Industrial e na PLIE, concentram-se unidades com forte expressão no tecido não doméstico, permitindo testar modelos de quantificação (por volume de contentorização dedicada, peso ou frequência de recolha). -----

A implementação faseada do projeto piloto mitiga riscos operacionais, permitindo aferir desvios de comportamento, ajustar rácios de produção de resíduos por metro quadrado ou tipo de atividade, e afinar os circuitos de recolha seletiva e indiferenciada antes de uma eventual expansão municipal. -----

Proposta de Decisão / Deliberação -----

Face ao exposto, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a proposta de:-----

1. Aprovar o início do processo de implementação do sistema PAYT direcionado ao setor não doméstico, tendo como áreas geográficas piloto a Zona Industrial da Guarda e a Plataforma Logística e Industrial da Guarda (PLIE), -----

2. Incumbir a Divisão de Ambiente (em articulação com a entidade gestora e prestador de serviços nomeadamente a Resiestrela, S.A. e SUMA) de elaborar, no prazo máximo de 60 dias:-----

a) A caracterização e quantificação de resíduos nas empresas aderentes às áreas piloto. -----

b) A proposta de normas técnicas para as áreas PAYT, nos termos do n.º 4 do artigo 29.º do Regulamento, que deverão constituir a base de um contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos.-----

c) A proposta de estrutura tarifária específica, a submeter posteriormente a aprovação da Câmara Municipal. -----

3. Determinar a abertura de um período de auscultação e diálogo prévio com as associações empresariais locais, tecido industrial e operadores instalados na Zona Industrial e no PLIE, por forma a garantir uma transição informada, transparente e participada. -----

4. Aprovar a realização de campanhas de informação e sensibilização ambiental dirigidas aos utilizadores não-domésticos abrangidos pelas áreas piloto, promovendo as boas práticas de acondicionamento, separação na origem e adesão aos circuitos de valorização. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Alguma questão?”-----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Senhor presidente, aqui, evidentemente, é a fórmula do utilizador-pagador. Neste caso, quem polui que tem que assumir estes custos. Tem alguma estimativa do que é que isto pode implicar para as empresas?”

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Baixarão custos. Mas o senhor Vereador Rui Melo pode falar.”-----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Tanto melhor.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E será muito mais real.”-----

- **Rui Melo, Vereador:** “Bem, eu não seria tão otimista quanto o senhor Presidente. Eu diria que vai baixar custos para as empresas que separarem efetivamente os seus resíduos, que fizerem um bom trabalho de casa, e vai acrescentar custos para as empresas que não fizerem essa separação. O município está obrigado por lei, desde 2025, a implementar o sistema PEIT no setor não doméstico. Estamos a avançar com ele agora, muitos municípios ainda nem sequer avançaram. Decidimos ser numa área piloto da zona industrial e da plataforma logística, porque há matérias que têm de ser operacionalizadas no terreno: a gestão de clientes, a identificação e

marcação de todos os contentores para todos os clientes, a própria sensibilização de todos os clientes. E, portanto, é uma matéria que nos vai demorar tempo até implementar em pleno, em toda a cidade. Mas, de qualquer forma, é um sistema que, daquilo que eu já fui auscultando a alguns operadores, para aquelas empresas que já estão a fazer essa separação, vem em boa hora. Para aquelas que não estão a fazer, vem na hora correta de começarem a fazer a separação. E, portanto, é mais uma forma de os incentivar, na empresa e depois em casa, a fazerem a correta separação de resíduos.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Já agora, senhor Vereador, aqui, quando se fala que vão fazer uma experiência piloto na plataforma logística... Ai já fazem na zona industrial? Mas depois qual é a estimativa temporal que têm para fazer esta experiência piloto, para depois passar para o resto da cidade, digamos assim?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Até porque nós, num primeiro momento, vamos ter custos acrescidos de equipamentos de tudo isso...” -----

- **João Prata, Vereador:** “Sim, informação, etc.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E, quando estiver consolidada esta operação no parque industrial e na plataforma logística, nós temos outras áreas empresariais onde queremos consolidar também. Ainda temos mais. E depois haveremos de definir para onde é que nós vamos avançar a seguir. Até porque o caminho será por aí.”-----

- **Rui Melo, Vereador:** “Nós, ao fim e ao cabo, estas duas zonas foram escolhidas porque há já uma grande concentração de setor não doméstico naquelas duas zonas e depois porque, quando nós implementamos este sistema no terreno, nós temos de retirar todos os contentores de superfície. Portanto, não dá para implementar em

todas as zonas. Obviamente, eu não posso implementar no setor não doméstico, na área urbana da cidade da Guarda, porque eu não posso retirar os contentores de superfície, porque todo o setor doméstico depende desses contentores. Portanto, passo a passo, iremos implementando. O regulamento diz que, sempre que quisermos alargar uma zona de PEIT para outra zona, tem de ser submetido a decisão da reunião de câmara. Portanto, assim faremos. Quando decidirmos, quando estivermos seguros destes passos que estamos a implementar (e está envolvida uma parte significativa da divisão de ambiente neste processo, porque há matérias que, às vezes, num primeiro momento em que avançamos para os projetos, não nos passam pela cabeça), mas envolve a faturação, envolve a identificação dos contentores, a compra dos contentores, a sensibilização dos clientes, a criação de um tarifário específico, que também há-de vir aqui até ao final do ano, para estes clientes. Portanto, é um mundo novo que estamos a trilhar, queremos que sejam passos seguros e, obviamente, alargar este projeto-piloto para outras áreas apenas quando tivermos estas consolidadas.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com seis votos. -----

PONTO 8 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS E DOS APOIOS FINANCEIROS CONCEDIDOS – JUNTAS DE FREGUESIA DE ARRIFANA E MAÇAINHAS -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 240/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

1 - No quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, a Assembleia Municipal aprovou a Minuta dos Contratos Interadministrativos e a transferência de recursos financeiros a aplicar aos apoios concedidos às Juntas/União de Freguesia(s) contempladas no âmbito da alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, onde se incluem, para além de outras, os apoios às Juntas de Freguesia referenciadas no documento anexo à presente proposta “Anexo I”; -----

2 - Esses apoios, nos termos previstos do n.º1, da Cláusula 6.ª dos Contratos Interadministrativos, assinados entre a Autarquia e as Juntas de Freguesia de Arrifana e Maçainhas, têm vigência de um ano a contar da data de assinatura e estabelecem as condições de concessão de apoio do Município na execução das referidas obras, tendo já, por solicitação da Junta de Freguesia de Maçainhas, sido prorrogado o prazo de vigência do contrato e do apoio concedido à obra de Construção da Casa Mortuária do Cubo, por deliberação do Ex.mo Órgão Executivo de 24 de novembro de 2025; -----

3 -. Foi também disponibilizado com a assinatura do Acordo, nos termos previstos da Cláusula 5.ª do Contrato, 50% do apoio financeiro a conceder às duas Juntas Freguesias, valores estes mencionados no “Anexo I”; -----

4 - Durante a vigência dos Contratos surgiram vários imprevistos que contribuíram para os atrasos na finalização das referidas obras, designadamente a dificuldade de mão de obra no setor da construção, relacionada com o aumento exponencial do número de empreitadas, que têm tido também reflexos negativos na fase de formação e execução dos contratos; -----

5 - Na impossibilidade de conclusão das obras no prazo estabelecido, as Juntas anteriormente referidas, vêm solicitar a prorrogação do prazo de vigência dos Contratos e dos apoios financeiros concedidos.-----

Considerando igualmente que:-----

6 – Os procedimentos concursais são morosos e obedecem a prazos processuais legalmente instituídos, bem como os demais argumentos já mencionados, considera-se que as justificações apresentadas pelas duas Juntas Freguesia, em não concluírem a execução das empreitadas no prazo estabelecido são atendíveis.-----

Reportando ao atrás descrito e atendendo a que os factos apresentados não poderão ser imputáveis às duas Juntas de Freguesia, proponho ao digno Órgão Executivo a presente proposta que visa o seguinte: -----

- Prorrogação até 31 de dezembro de 2026 do prazo de vigência do Contrato e do apoio financeiro concedido à Junta de Freguesia de Arrifana, com efeitos retroativos à data de finalização do mencionado Contrato, e prorrogação por um prazo de um ano, com efeitos retroativos à última prorrogação do prazo de vigência do Contrato e do apoio financeiro concedido à Junta de Freguesia de Maçainhas, elementos constantes nos documentos anexos à presente proposta, que fazem parte integrante da mesma, conforme o disposto no n.º4 da Cláusula 6.ª do Contrato, cuja minuta e a forma de apoio em numerário foi aprovado pela Assembleia Municipal, nos termos conjugados da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **João Prata, Vereador:** “Nós votamos a favor, como eu disse há pouco, mas, ainda assim, faltam muitas freguesias para regularizar situações anteriores.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ainda na última Assembleia Municipal eu falava sobre isso. Há, em números redondos, vinte acordos ainda em aberto.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Mas vinte já era no início deste mandato. Tivemos aqui várias aprovações... Ainda continuam...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ainda continuam muitos acordos em aberto, antigos, acordos do passado. Nós percebemos as dificuldades de uma ou outra. Mas o que nós pedimos incansavelmente é que concluam esses protocolos antigos.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com seis votos. -----

PONTO 9 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR: ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS DO 1º CEB (LIVROS E MATERIAL ESCOLAR) E AUXÍLIOS ECONÓMICOS PARA OS ALUNOS DOS RESTANTES CICLOS DE ENSINO – ANO LETIVO 2026/2027 -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 241/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

- No âmbito das suas atribuições de promoção do desenvolvimento social e salvaguarda dos interesses das populações, constitui prioridade deste Município garantir o apoio atempado às famílias e assegurar as condições necessárias para o arranque pleno do ano letivo; -----
- Para o efeito, e visando mitigar de imediato os encargos financeiros agregados ao regresso às aulas, o Município delineou um programa de apoio social escolar

assente na atribuição direta de vales/vouchers aos encarregados de educação para o levantamento de manuais e materiais didáticos nas papelarias locais da cidade; -----

- O procedimento adotado reveste uma natureza puramente assistencial e de ação social escolar, cujo beneficiário direto e final é o munícipe, encontrando-se a despesa global estimada em 155.000,00 €; -----

- Por motivos de manifesta urgência social e imperiosa necessidade de garantir que nenhuma criança iniciava o percurso escolar sem os materiais necessários, procedeu-se à entrega física dos vales e ao consequente levantamento dos livros antes da formalização da respetiva deliberação de câmara e do correspondente registo de cabimento;-----

- Nos termos da alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), compete à Câmara Municipal "deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a atribuição de auxílios económicos a estudantes".

- Ao abrigo do Artigo 156.º, n.º 2, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo (CPA), é legalmente admissível conferir eficácia retroativa à deliberação do órgão executivo, dado que o ato produz efeitos puramente favoráveis para os munícipes, não lesa direitos ou interesses de terceiros e os pressupostos de facto que justificam o apoio já existiam plenamente à data do arranque do ano letivo;-----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere: -----

1. Aprovar e Convalidar Retroativamente, com eficácia reportada à data da entrega dos vouchers para a aquisição de livros e materiais escolares para o ano

letivo 2026/2027, ao abrigo do artigo 33.º, n.º 1, alínea hh), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 156.º, n.º 2, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, ambos na sua atual redação, a atribuição de auxílios económicos aos estudantes para aquisição de materiais e livros escolares.-----

2. Autorizar a realização da despesa e o respetivo pagamento que se consolida na atribuição de auxílios económicos acima descritos, e consequentemente o pagamento às papelarias locais aderentes contra a apresentação das correspondentes faturas, com base na ficha de cabimento anexa, no montante global de 155.000,00 € (cento e cinquenta e cinco mil euros). -----

3. Determinar a Divisão Financeira e de Contabilidade o imediato registo informático do compromisso definitivo com base na presente deliberação, procedendo-se à rápida liquidação dos montantes devidos aos comerciantes em nome da salvaguarda da boa-fé e da economia local.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteiro, Vereador:** “Congratulamo-nos e saudamos a iniciativa e, portanto, votamos favoravelmente.” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Obviamente, vamos votar a favor, senhor Presidente. Mas eu estranhei, de facto, quando vi a cerimónia de entrega dos vales e não ter passado aqui nada de proposta de autorização, como é costume. Portanto, eu estranhei. Estranhei porque, de facto, isto tem que vir aqui, é um apoio, mas percebeu-se que foi efetivamente uma falha dos serviços, que não fizeram chegar a proposta, parece-me, em tempo útil. Agora, dizer aqui na proposta que foi por

motivos de manifesta urgência... não foi, porque o ano começa sempre em setembro; portanto, foi por esquecimento.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “A urgência foi porque não podíamos estar à espera e tivemos que avançar.”-----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Certo, ok. Foi um esquecimento, senhor Presidente, é normal. Pronto, nós votamos a favor.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E aqui são os políticos a assumirem algumas coisas dos serviços. E nas transições, às vezes, dá nestas coisas.”-----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Foi um esquecimento, já se percebeu. Votamos a favor.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com seis votos. -----

PONTO 10 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES DA ZONA URBANA DA GUARDA – RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO URGENTE Nº 193/2026-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 237/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

- Em 1 de outubro de 2026, o Serviço Requisitante do procedimento elaborou o Projeto de decisão de Adjudicação nos termos do artigo 160º do Código dos Contratos Públicos;-----
- Por despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, em 2 de outubro de 2026 foi tomada a decisão de adjudicação, nos termos do artigo 73º do Código dos

Contratos Públicos a “Manutenção e Conservação de Jardins e espaços Verdes da zona Urbana da Guarda”, à empresa Agroportugal – José Luis Coutinho de Sousa, unipessoal, Lda. pelo valor de 50.889,00€ (cinquenta mil, oitocentos e oitenta e nove euros), para o Lote 1, pelo valor de 58.890,00€ (cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa euros), para o Lote 2 e pelo valor de 68.697,00€ (sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e sete euros), para o Lote 3, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor e aprovou as minutas do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do CCP-----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere: -----

- Ratificar os atos praticados ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, retroagindo os efeitos de ratificação à data dos atos a que respeitam, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com seis votos. -----

PONTO 11 – FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS DE ORIGEM FÓSSIL E BIOCOMBUSTÍVEL – CNCM-AQ/169/2026 – DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO AQ N.º 184/2026 -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 239/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

- Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2026, o Serviço Requisitante elaborou o Projeto de Decisão de Adjudicação nos termos do artigo 125º do Código dos Contratos Públicos; -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere, ao abrigo no disposto das alienas f) e dd) do nº1 do art.º 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.:-----

- *Aprovar, nos termos do disposto do artigo º 125º do Código dos Contratos Públicos, o Projeto de decisão de Adjudicação, nomeadamente para efeitos de adjudicação do Fornecimento de combustível de origem fóssil e biocombustível na sequência do procedimento; Processo AQ nº 184/2026- “Fornecimento de Combustíveis de Origem Fóssil e Biocombustível – CNCM- AQ/169/2026” à empresa Lubrifuel – Lubrificantes e Combustíveis, Lda., pelo valor de 265.000,00€ (duzentos e sessenta e cinco mil euros), para o Lote 1 e 120.000,00€ (cento e vinte mil euros), para o Lote 2, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;*
- *Aprovar, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com seis votos. -----

PONTO 12 – CAMPO DO ZÂMBITO – 1ª FASE – APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES, TRABALHOS A MENOS E PRORROGAÇÃO DE PRAZO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 238/2026

(Mandato 2025-2029)

Considerando que, -----

1 – Na empreitada de “Campo do Zâmbito – 1.ª Fase”, adjudicada à firma Samuel Augusto, Lda., verifica-se a necessidade de suprimir trabalhos, no valor de 2.310,00€, ao qual acresce a taxa de IVA em vigor, bem como executar trabalhos complementares, de acordo com o n.º 1 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos na atual redação, conforme informação da fiscalização da obra, que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta;-----

2 – Estes trabalhos complementares, no valor de 2.310,00€, ao qual acresce a taxa de IVA em vigor, cuja natureza não constam nas peças do procedimento concursal, nem no contrato inicial, tornam-se estritamente necessários para a boa execução da obra e conclusão da empreitada, garantindo-se assim a prossecução do interesse público; -----

3 – Da supressão dos trabalhos a menos, não resulta indemnização ao empreiteiro por redução do preço contratual, dado cumprir-se o disposto no n.º 1 do artigo 381º do Código dos Contratos Públicos. -----

4 – A realização de trabalhos complementares resultante de circunstâncias não previstas, como referido, ascende aos 2.310,00€, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 0,75%, inferior, portanto, ao máximo estipulado na alínea c) do n.º 1 do artigo 312º do Código dos Contratos Públicos, que são 50%.-----

Considerando ainda que, -----

5 - Foi anteriormente submetido e aprovado na reunião do Executivo Municipal a execução de trabalhos complementares, no valor de 23.113.68€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

6 – A soma de ambos perfaz um valor de 25.423,68€, que corresponde a 8,26% dos trabalhos contratuais;-----

7 – Os trabalhos complementares não excedem os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, devendo os mesmos ser reduzidos a escrito, conforme o disposto no artigo 375º do referido diploma legal. -----

Face ao supra exposto, proponho ao digno Órgão Executivo, que delibere, no uso das competências próprias previstas nas alíneas f) e bb) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a presente proposta que visa o seguinte:-----

- a ratificação da decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, no dia 02 de outubro de 2026, designadamente a aprovação dos trabalhos complementares, dos trabalhos a menos e da dedução do valor dos trabalhos a menos ao preço contratual, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 379º do CCP e a prorrogação de prazo por mais 60 dias, conforme o disposto no artigo 374º do CCP, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do n.º 5 do artigo 164º do CPA.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Abstenção.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem, pelas razões que evocam habitualmente. Muito obrigado.”-----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com três votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores Cláudia Guedes e Rui Melo e três abstenções dos Senhores Vereadores João Prata, Alexandra Isidro e António Monteiro. -----

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de executoriedade imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezassete horas e cinquenta e quatro minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente. -----